

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 03-4-2019.

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mendes Ribeiro, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/19, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 002/19 e 025/18, este discutido por Marcelo Sgarbossa e Cláudio Janta, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/18, os Projeto de Lei do Legislativo 157, 168, 185 e 189/18 e 006, 025 e 022/19, este discutido por Cláudio Janta, e o Projeto de Resolução nº 002/19, discutido por Cláudio Janta; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/18, os Projeto de Lei do Legislativo 121, 143, 144, 146, 154 e 186/18 e 007 e 014/19, o Projeto de Lei do Executivo nº 002/19 e o Projeto de Resolução nº 016/18. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Nelcir Tessaro. Em continuidade, a Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Pablo Stürmer, Secretário Municipal da Saúde, que se pronunciou acerca de qualificação e ampliação dos serviços de saúde em Porto Alegre. Após, André Carús, Cláudio Janta, Mauro Pinheiro, Nelcir Tessaro, Aldacir Oliboni, Valter Nagelstein, Adeli Sell, Felipe Camozzato, Engº Comassetto e Dr. Goulart pronunciaram-se acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Dr. Goulart, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Pablo Stürmer. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e quatro minutos às dezessete horas e seis minutos. Foram apregoados os seguintes Processos SEI, informando participação em eventos, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento: nº 152.00026/2019-13, de autoria de Karen Santos, no dia vinte e sete de março do corrente, em sessão de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul referente à Associação Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal –, em Porto Alegre; nº 053.00026/2019-23, de autoria de Valter Nagelstein, nos dias vinte e sete e vinte e oito de março do corrente, em embarque e trajeto do navio de apoio

oceânico Mearim, de Porto Alegre a Rio Grande – RS. Foram apregoados os Ofícios n^{os} 202 e 205/19, do Prefeito, respectivamente encaminhando relatório anual com o estado das obras e serviços em andamento e o balanço do ano de dois mil e dezoito do Município e comunicando que se ausentaria do Município do dia três ao dia sete de abril do corrente, para participar de reuniões com Carlos Alberto dos Santos Cruz, Ministro da Secretaria de Governo, Marcelo Álvaro, Ministro do Turismo, e Marcos Araújo Morton Silva, Secretário Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República, em Brasília – DF –, e do 18º Fórum Empresarial LIDE, em São Paulo – SP. Foi apregoada retificação de Licença para Tratamento de Saúde de Dr. Goulart, alterando-se sua duração para o período do dia vinte e dois ao dia vinte e nove de março do corrente, tendo o Presidente informado que, em decorrência, a partir do dia trinta de março do corrente, Comissário Rafão Oliveira passou a substituir Luciano Marcantônio, em Licença para Desempenhar Cargo Público, integrando a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, e cessou o exercício da vereança por Mario Manfro. Foi apregoada retificação de Licença para Tratar de Interesses Particulares de João Bosco Vaz, alterando-se sua duração para os dias vinte e cinco e vinte e sete de fevereiro do corrente. Foi apregoado Requerimento de autoria de José Freitas, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação das Emendas n^{os} 01, 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Executivo n^o 013/18 (Processo n^o 1339/18). Foi apregoado Requerimento de autoria de Roberto Robaina e Prof. Alex Fraga, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo n^o 103/17 (Processo n^o 0969/17). Durante a sessão, Eng^o Comassetto manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Gerson Almeida, ex-vereador deste Legislativo. Às dezessete horas e quinze minutos, constatada a inexistência de quórum na verificação para ingresso na Ordem do Dia, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mendes Ribeiro, Mônica Leal e Alvoní Medina e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1345/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 157/18, de autoria do Ver. Paulo Brum, que institui o Programa Transporte Acessível, com o objetivo de incentivar e facilitar a utilização do transporte público coletivo por pessoas com deficiências auditivas e visuais.

PROC. Nº 1405/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 189/18, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui inc. XI no art. 10 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no Município e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo tela em fachada, luminosa ou iluminada, no rol de elementos de comunicação visual ou audiovisual utilizados para transmitir anúncios ao público considerados veículos de divulgação ou veículos.

PROC. Nº 0008/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 006/19, de autoria da Ver. Mendes Ribeiro, que cria o Programa Municipal de Atenção à Prematuridade.

PROC. Nº 0040/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 025/19, de autoria da Ver. Valter Nagelstein, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Antonio Hamilton Martins Mourão.

PROC. Nº 0021/19 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/19, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que inclui art. 178-A na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, tornando a Língua Espanhola disciplina de oferta obrigatória nos níveis fundamental e médio da rede municipal de ensino.

PROC. Nº 1085/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/18, que dispõe sobre as normas de finanças públicas no âmbito do Município de Porto Alegre, voltadas para a responsabilidade, qualidade e transparência na gestão fiscal com a finalidade de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

PROC. Nº 1395/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 025/18, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o § 2º do art. 2º e o caput do art. 9º e inclui parágrafo único no art. 9º da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994 – que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos e dá outras providências –, e alterações posteriores, restringindo a iniciativa para a proposição de projetos de denominação de logradouros e dando outras providências.

PROC. Nº 0024/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/19, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o parágrafo único do art. 31 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, e alterações posteriores, excetuando os ciclistas em treinamento ou em velocidade igual ou superior a 20km/h (vinte quilômetros por hora) da proibição de trafegar fora de ciclovias ou ciclofaixas.

PROC. Nº 1375/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 168/18, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que institui o Programa Espaço Infantil Noturno – Atendimento à Primeira Infância – no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1400/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 185/18, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifa dos estacionamento temporários pagos nas vias e logradouros públicos e em áreas urbanas pré-determinadas – Área Azul – para as pessoas idosas, desde que em vaga devidamente sinalizada para uso de idosos.

PROC. Nº 0036/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/19, de autoria da Ver. Marcelo Sgarbossa, que estabelece as velocidades máximas permitidas de 50 Km/h (cinquenta quilômetros por hora) para veículos automotores leves e de 40 Km/h (quarenta quilômetros por hora) para veículos automotores pesados nas vias urbanas arteriais do Município de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 0026/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/19, de autoria da Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o inc. III do art. 216 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992, que instituiu o Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre, e o item 8º da Ordem de Serviço nº 15, de 15 de setembro de 1998, dispondo sobre o traje a ser utilizado por vereadores, funcionários, jornalistas e convidados durante as sessões plenárias.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1273/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 121/18, de autoria do Ver. Leonel Radde, que estabelece, nos hospitais, postos e unidades de saúde no Município de Porto Alegre, a prioridade de atendimento a policial civil, militar e guarda municipal que sofrer lesão decorrente de atendimento a ocorrência.

PROC. Nº 1274/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 021/18, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui al. *f* no inc. VI do *caput* do art. 24 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, fazendo constar, em cada compartimento de exposição de animais, placa informativa e visível ao público, contendo os dados da inscrição regular do estabelecimento comercial em entidades de cinofilia ou de gatofilia regimentadas e reconhecidas para registro de ninhadas e expedição de atestado de *pedigree*.

PROC. Nº 1319/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/18, de autoria do Ver. Samir Squeff, que estabelece a padronização das praças públicas no Município de Porto Alegre por meio da classificação por tamanho e da determinação dos

equipamentos públicos a serem instalados em cada local.

PROC. Nº 1320/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 144/18, de autoria do Ver. Samir Squeff, que inclui a efeméride Dia do Pau-Brasil no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 3 de maio, e dá outras providências.

PROC. Nº 1322/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 146/18, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Jefferson Luis Braga da Silva.

PROC. Nº 0011/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 007/19, de autoria do Ver. José Freitas, que assegura a inserção de mensagens de incentivo à doação de sangue e à doação de órgãos em faturas e demais correspondências emitidas pelas concessionárias de serviços públicos municipais, de direito público ou privado, destinados ao consumidor ou ao usuário no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0020/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 014/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Largo da Medicina o logradouro não cadastrado conhecido como Largo Mil Quinhentos e Quarenta, localizado no Bairro Centro Histórico.

PROC. Nº 0760/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/18, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que altera o parágrafo único do art. 7º da Resolução nº 494, de 9 de setembro de 2015 – que regulamenta as disposições da Resolução nº 2.368, de 11 de junho de 2015, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, estabelecendo requisitos para o exercício de funções na Secretaria da Procuradoria Especial da Mulher.

PROC. Nº 1340/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 154/18, de autoria do Ver. Professor Wambert, que altera o *caput* do art. 3º da Lei nº 5.548, de 28 de dezembro de 1984 – que consolida dispositivos relativos à instituição da passagem escolar no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, acrescentando o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) no rol de entidades autorizadas a emitirem a carteira estudantil de passagens.

PROC. Nº 1401/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 186/18, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que cria o Programa de Apadrinhamento Afetivo de Idosos no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 0048/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/19, que dispõe sobre a autorização para prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias de

qualquer natureza.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Primeiramente, uma boa tarde a todos e todas, aos vereadores que já estão no plenário, ao público que aqui está nos assistindo, que vêm acompanhar a votação prevista para o dia de hoje. A votação de um projeto – que foi colocado e priorizado, na segunda-feira, no final da tarde, é uma situação bem atípica, mas dentro do Regimento – que trata da concessão de parques e praças da Cidade. Acho que é um projeto que trata de grande mudança. Aqui está o companheiro Felisberto, advogado, acompanha o tema, escreve sobre o tema. E as pessoas estão aqui em plena tarde de quarta-feira, muitas pessoas se manifestaram, não podendo vir por conta do horário de trabalho, e as pessoas que puderam vir, estão aqui, em especial as pessoas que acompanham a nossa Frente Parlamentar de Esporte e Lazer, que, justamente, trabalham e têm aulas e atividades nas praças e parques, nos centros comunitários da Cidade. Então, parabéns, pela presença, ainda não consegui ir até as galerias para cumprimentar todas e todos que estão acompanhando. Eu vou deixar reservado aqui o espaço de liderança do Partido dos Trabalhadores e vou falar no tema da Pauta. O tema da Pauta são inúmeros projetos, aqui eu vejo pelo menos dez ou quinze projetos entrando na 1ª e na 2ª sessão de Pauta. Tem um projeto do Ver. Robaina, que trata do trabalho infantil; tem um projeto de nossa autoria que trata do tema dos espaços públicos e da velocidade que é possível empreender numa ciclovias – PLCL nº 002/19; um projeto que trata da denominação dos logradouros públicos, é o sexto projeto na lista dos projetos em pauta. Esses projetos provocam bastante a ideia da função do parlamento. Nós sabemos que muitas das leis que são votadas aqui não passam mais pelo plenário, mas ocupam a Câmara na tramitação nas comissões, que são os projetos que dão nome às ruas e avenidas da Cidade. No nosso entendimento, não precisaria a Câmara Municipal ser o intermediador desse processo, ou seja, o vereador não precisaria ir lá e ter que ativar a comunidade; ela, muitas vezes, já está ativada, já está sabendo o que quer, não precisaria, necessariamente, passar pela assinatura de um vereador ou de uma vereadora a colocação de um nome da rua. Nós entendemos que a comunidade pode fazer diretamente, através de reuniões de associações de moradores, da cidadania ativa que há naquele lugar, encaminhar a sugestão do nome que deseja, aí, sim, fazer o mesmo procedimento que é feito hoje, nós não mudaríamos o procedimento, seria um projeto de lei que viria através do Executivo e seria colocado o nome. Então é valorizar. Alguns acham que não, mas o nosso entendimento é que isso valoriza o trabalho da Câmara Municipal à medida que reconhece a atuação das pessoas que moram naquele local. Já tivemos situações aqui em que o vereador colocou nome em lugares que não tinham moradores ou eram poucos moradores, as assinaturas necessárias para encaminhar aquele nome foram buscadas em outra comunidade, e se colocou um nome naquela rua, naquela travessa, naquele beco, desagradando alguns moradores dali que sequer foram ouvidos. Estou trazendo aqui um relato de um caso

concreto, no Bairro Guarujá, inclusive veio a voto no plenário – o caso é do vereador que não está no plenário, mais deve chegar em seguida, o Ver. Nedel. Estamos aqui dando poder direto à população. Acho que é um conceito que cada vez mais a Câmara deve se preocupar em trabalhar: dar, sempre que possível, o poder direto, a democracia direta ao cidadão sem precisar de uma representação institucional, que, no caso, aqui, seria um vereador. Então esse é um dos tantos projetos hoje na pauta, mas quero aqui parabenizar aqueles que, nas últimas 24 horas, 48 horas, se movimentaram, aqueles estão aqui acompanhando a votação do projeto, aqueles que se manifestaram, entidades e pessoas, individualmente, contrários ao projeto que vamos tratar – está aqui como o primeiro projeto a ser votado hoje na Ordem do Dia –, que trata da concessão de praças e parques. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Nós temos mais três vereadores inscritos em período de Pauta. Pergunto a esses vereadores se, em razão da chegada do secretário Pablo, nós podemos abrir mão das inscrições para iniciarmos o Comparecimento. (Pausa.)

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Ver. Pablo Mendes Ribeiro, que preside esta sessão, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cumprimento aqui o secretário de saúde – bem-vindo a esta Casa. Hoje, eu venho à tribuna – agradecendo ao meu líder, Ver. Reginaldo Pujol, e ao Ver. Conceição, que está aqui presente –, para levar ao conhecimento e talvez para a reflexão dos colegas vereadores desta Casa. O tema está sendo discutido na Assembleia Legislativa do Estado, mas Porto Alegre faz parte do Estado, e nós temos aqui em Porto Alegre 1,5 milhão de habitantes. Eu acho que os temas discutidos na Assembleia também poderiam ser discutidos nesta Câmara de Vereadores. Todos os que vão às ruas desta Cidade, que passam pelo trânsito de Porto Alegre estão vendo que nós temos os veículos com a placa Brasil e os com a placa Porto Alegre; os com a placa Brasil e os com a placa Alvorada e assim por diante. Nós temos, então, essa criação fantástica que foi feita no ano passado por resolução do Detran, do Contran, essa resolução que, desde 2005, começou a ser implantada, e a Resolução nº 729, de março de 2018, que concedeu, inclusive, um prazo maior de seis meses para implantação dessas novas placas. Duas preocupações, eu tenho, referentes a esta nova placa. Primeiro, Ver. Conceição, quando lá no interior, nós vamos para Gaurama, por exemplo, um Município pequeno, quando aparecer uma placa do Mato Grosso nos veículos, as pessoas da Cidade vão começar a ficar preocupadas – por que esse veículo está circulando diversas vezes com essa placa do Mato Grosso nesta Cidade? Não será alguém rondando para ver o que vai fazer, ou praticar um crime na Cidade? E agora, com a placa Brasil, nós não sabemos de onde vem esse veículo, e nem quem está chegando nesta Cidade! Estamos abertos. A placa que vinha para fazer o cercamento, a integração com o sistema, com o chip, para que pudéssemos saber a

identificação do veículo, do condutor desse chip, não tem integração nenhuma, não tem chip! Ela está contrariando a legislação que foi criada. Segundo item, o preço. Todos sabem que a gente pagava na Cidade, ou paga ainda na placa antiga de R\$ 90,00 a R\$ 100,00. Essa placa custa R\$ 300,00 para trocar! E os credenciados são poucos, tem um em Canoas, outro em Porto Alegre. Reduziram os credenciados, que criaram um monopólio para fabricar e instalar essas placas nos veículos de Porto Alegre! Isso causa estranheza! Muita estranheza! E na Assembleia, está sendo discutido, na Comissão de Assuntos Municipais, o nosso ex-vereador, ex-presidente da Câmara, nosso deputado Melo, está atento, eu estive com ele e vi a sua preocupação e a preocupação maior ainda que ele teve, porque, quando aqui no Detran foi para a Comissão Técnica para fazer a avaliação da implantação dessas novas placas, todos os técnicos foram contra! Todos os pareceres foram contra, e mesmo assim aqui houve a aprovação! E digo aqui, essas placas novas só estão utilizadas em sete Estados da Federação. Muito estranho! Aqui em Porto Alegre, no nosso Estado, os técnicos do Detran foram contra. E o que aconteceu, Ver. Cecchim, a estes que foram contra? Foram exonerados, porque o parecer era contrário a alguém que tinha interesse na implantação dessas novas placas aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Muito embora o Contran esteja solicitando que façam com mais cautela, que prorroguem a obrigatoriedade da mudança dessas placas Mercosul. Umas têm umas letrinhas difíceis de ler! Isso é uma gravidade muito grande, a gravidade de não saber a localização do veículo, além desse valor de R\$ 300,00 que está sendo pago, um valor absurdo, o credenciamento carimbado de alguns locais para fabricação. Por quê? Por que esse açodado projeto, essa implantação rápida feita aqui no Estado do Rio Grande do Sul onde todos os técnicos foram contra? Eu gostaria que colegas desta nobre Câmara de Vereadores, nobres vereadores, pudessem acompanhar esse assunto que vai ser tratado lá na Assembleia Legislativa. A Assembleia Legislativa esteve há pouco na Lomba do Pinheiro, tratando de assuntos do Município de Porto Alegre. Então, vamos nós também trabalhar lá em conjunto com os deputados e averiguar a situação que afeta os nossos veículos, nossos moradores, o cidadão de Porto Alegre que está sendo sacado no seu bolso para essa nova placa. Quero dizer que somos contra a implantação dessa nova placa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; tem três projetos na Pauta para os quais eu gostaria de chamar atenção dos colegas vereadores. O primeiro, o Ver. Marcelo já veio falar dele e diz que a nossa função nesta Casa não é botar nome em rua. Eu não estou legislando em causa própria, porque, nesse período todo em que eu estou aqui, não botei nome em nenhuma

ainda. Ainda! Mas, se não é nossa função fazer isso, qual é a nossa função? Apresentar projeto limitando a velocidade na cidade de Porto Alegre? Isso é do Denatran, é de órgãos específicos. Essa é a nossa função? Apresentar projetos que não são constitucionais, pode até se dizer, que não são legais, pode até se dizer. Assim como tentar mudar o Regimento da Câmara na questão de vestimenta. Eu acho que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre é um exemplo, assim como a Assembleia Legislativa, de como a gente deve se portar em respeito à população nas questões discutidas e debatidas aqui dentro. Hoje nós temos um jogo de um time de Porto Alegre; amanhã, temos outro. Então, a metade dos vereadores, hoje, viria de vermelho e, amanhã, a metade viria de azul. Nós iríamos cair no maior descrédito. E não é por botar nome de rua, pois essa função é do vereador, sim, Ver. Marcelo Sgarbossa. Quando o vereador vai até uma comunidade, chega lá e está beco A, beco C, rua 1, rua 5, é a nossa função fazer isso. Cabe aos vereadores fazê-lo, cabe aos vereadores ter essa dimensão. Eu acho que nós já agilizamos a questão de nome de rua, não tem mais os trâmites de plenário, os trâmites necessários, tudo é resolvido nas comissões. Eu acho que é, sim, uma função deste Parlamento, dos vereadores que assim desejarem fazer. Mas eu tenho certeza de que não é uma função nossa dificultar a vida da população de Porto Alegre, dificultar a vida das pessoas, quando a gente quer diminuir o limite de velocidade para 50 km/h – essa não é nossa função, não nos cabe interferir nisso. Essa limitação pode trazer mais dificuldade às pessoas, fazendo com que demorem mais ainda para chegar no seu local de trabalho. Imaginem quem mora no Lami, naquelas faixas por onde não passa ninguém, e terem que dirigir nesse limite máximo de 50 km/h proposto aqui. Imaginem as pessoas dirigindo, à noite, pela Cidade, mantendo esse limite de velocidade. Isso não nos cabe e, volto a insistir que não tratemos de temas sem relevância, como discutir a roupa dos vereadores desta Casa. Seria isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Encerrado o período de Pauta.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Pablo Stürmer, secretário municipal da saúde, que abordará o assunto da qualificação e ampliação dos serviços de saúde. O Sr. Pablo Stürmer está com a palavra.

SR. PABLO STÜRMER: Boa tarde a todos. Cumprimento a Vereadora-Presidente Mônica Leal. Agradeço a oportunidade de estarmos aqui esclarecendo um tema importante para a saúde da Cidade. Sabemos que temos total discricionariedade para definir e dar andamento à qualificação e ampliação do serviço de saúde e também sabemos da importância desta Casa junto à comunidade e de ter todas as informações necessárias para compreender e, inclusive, defender a política de saúde do Município, além da questão da defesa do entendimento, a fiscalização, como a COSMAM faz com toda a responsabilidade, aqui presidida pelo Ver. André Carús. Cumprimento e agradeço ao nosso líder, Ver. Mauro, por ter oportunizado este momento nesta nobre Casa.

O assunto que eu venho trazer é sobre o nosso edital que está para ser lançado: a contratualização de duas unidades de pronto atendimento no Município: o Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro e o Pronto Atendimento da Bom Jesus. Antes de falar especificamente desses prontos atendimentos, eu acho importante a gente demonstrar o tamanho da nossa rede de atenção à saúde.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

SR. PABLO STÜRMER: São 140 unidades de saúde, com 260 equipes de saúde da família; cerca de 170 equipes de saúde bucal; mais 1 unidade de saúde indígena; 04 equipes de saúde prisional; 06 unidades vinculadas à FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo; 02 equipes de consultório de rua; 08 Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF; os nossos 05 centros especializados; 14 bases do SAMU; os 25 hospitais, sendo 21 não municipais e 4 municipais, 2 deles contratualizados com a iniciativa privada, como o Hospital da Restinga e o Hospital Independência, e 2 próprios, que são o Hospital Presidente Vargas e o Hospital de Pronto Socorro; além de 13 equipes de Melhor em Casa, para, finalmente, chegarmos nos prontos atendimentos. Dos três prontos atendimentos – Cruzeiro do Sul, Lomba do Pinheiro e Bom Jesus –, nós estamos nos referindo a dois, especificamente, ao da Bom Jesus e a da Lomba do Pinheiro, que serão objeto desse edital. Por que, então, a opção de contratualizar os prontos atendimentos? A contratualização de toda a operação nos gera agilidade e facilidade para adequar os serviços às necessidades dos porto-alegrenses. Nós sabemos das dificuldades dos inúmeros contratos que a gente tem para a operação administrativa dessas unidades. Nós temos o quadro assistencial e gerencial composto atualmente por servidores, mas existem inúmeros contratos de manutenção, de limpeza, de vigilância, dos geradores, as compras dos equipamentos, todas elas tramitam por toda a questão burocrática da Lei nº 8.666. Com a operacionalização contratualizada, nós conseguimos racionalizar recursos no momento em que a gente aproxima a parte administrativa da parte assistencial. Hoje, para a gente negociar, adequar a questão de horas extras, autorizar horas extras, fazer contratos, todos eles precisam seguir um trâmite centralizado que passa não só pela Secretaria de Saúde como por outras secretarias para a gente ter a contratualização. Então, imprevistos, questões no dia a dia, de manutenção, de reparos, todos eles precisam seguir esse rito para, efetivamente, a gente concluir e entregar para a população um serviço adequado. Com a contratualização, a gente consegue focar a gestão da Secretaria na fiscalização dos contratos, e no aprimoramento da qualidade, a gente consegue tirar o foco da assistência. A gente sabe o quanto ficar preocupado com a escala, em garantir o serviço na ponta gera muito mais energia, muito mais esforço do que simplesmente fazermos a fiscalização de toda operação e garantir a qualidade. Importante a gente lembrar, também, da nossa incapacidade de contratação; nós estamos acima do limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal, então para qualquer complemento para adequar a necessidade de profissionais nos serviços, existe toda uma grande dificuldade de a gente saber que isso incrementa nos gastos com pessoal e pode comprometer a responsabilidade fiscal do Município. Soma-se a isso a

questão de que, no Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro nós já temos um convênio com a União Sul-Brasileira de Ensino, que é a mantenedora da PUC, e que ela provê cerca de 65% dos profissionais da Lomba do Pinheiro. É um convênio que está se encerrando e a União Sul-Brasileira de Ensino já manifestou não ter interesse nessa renovação. De qualquer forma, uma parte da operação da Lomba do Pinheiro nós já precisaríamos contratualizar, então vamos fazer uma contratualização integral para garantirmos a prestação integral de qualidade.

Aqui nós temos um cálculo mensal de custeio das unidades de pronto atendimento. Atualmente, nós gastamos, com a Lomba do Pinheiro, cerca de R\$ 1,5 milhão em manutenção; R\$ 2,6 milhões na Bom Jesus, incluindo a folha de pagamento e todos os contratos de manutenção. Existe um pleito pelas equipes dos prontos atendimentos de que há necessidade de incremento nesse quadro para manutenção dos serviços, e, por essa estimativa dos serviços, o custo total da operação seria de R\$ 2,1 milhões na Lomba do Pinheiro e de R\$ 3,2 milhões na Bom Jesus. Pois, para nossa surpresa, na cotação de mercado, na avaliação de valores, de preços para operacionalizar as unidades de prontos atendimentos, nós tivemos uma média de orçamentos em torno de R\$ 1,7 milhão que fica bem abaixo do cálculo feito pensando num desenho ideal para essa operação. Além disso, nós temos uma demanda de profissionais, e a gente recebe isso, muitas vezes, da COSMAM, o próprio Ver. Aldacir Oliboni já nos trouxe essas demandas, do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, Hospital Pronto Socorro, Hospital Presidente Vargas necessitando de mais profissionais. Então, somando todas essas necessidades, nós temos um valor bastante expressivo que, com a contratualização, a gente consegue contemplar em boa parte. É importante ressaltar que esses orçamentos que a gente fez e que dão um valor abaixo da operacionalização incluem a remoção dos pacientes dos prontos atendimentos para os hospitais, incluem ampliação de serviços como assistência social e farmácia 24 horas, ecografia à beira do leito para dúvidas diagnósticas, incluem todo o gasto com manutenção – é prevista na contratualização uma verba de manutenção – e também toda a agilidade que eu falei em questões de reparo, como a gente pode acompanhar, muitas vezes, nos prontos atendimentos, como substituição de mobiliário, reparo de forros, manutenção de equipamentos. Então, com a agilidade da contratualização, por todos esses ganhos, a gente ainda consegue ter economia de recursos. Se a gente analisar a nossa incapacidade de contratar e a necessidade de adequação de pessoal, a gente estimaria R\$ 1,15 milhão a mais para os prontos atendimentos da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus e R\$ 4 milhões para os demais equipamentos. Com a contratualização a gente equaliza a necessidade de pessoal da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus e ainda esses 199 servidores que lá estão podem ser alocados em locais que tenha essa necessidade, como o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, Hospital Pronto Socorro, Hospital Presidente Vargas e o SAMU.

A forma de contratação, a forma de análise das propostas se dará baseada na Lei nº 13.019, que é a lei de parcerias, o marco regulatório das organizações sociais. Por que nós optamos por esse modelo? É um instrumento voltado para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, em que a gente trata de projetos complexos, de um

desenho grande de operação, não algo específico, não um projeto específico, algo pontual, mas, sim, toda uma operação de um serviço de saúde. Um projeto que precisa de um prazo adequado operacionalizar, para implantar, já que está havendo todo um movimento de uma entidade privada para implantá-la, precisa permanecer um período prolongado para ter essa sustentabilidade da operação que tem um alto custo de transição. Podemos tomar como exemplo o Hospital da Restinga e Extremo-Sul, em que saiu o Hospital Moinhos de Vento e assumiu a Associação Hospitalar Vila Nova; a transição é especialmente complexa, não é uma simples troca de contrato. Por isso, os termos têm a duração de cinco anos, renováveis por mais cinco anos. É importante lembrar que no edital, na análise de propostas pela Lei nº 13.019, nós não analisamos apenas a questão do preço, porque, muitas vezes, sabemos que o barato sai caro; a busca pelo melhor preço, isoladamente, pode comprometer a qualidade. É evidente que precisamos ter responsabilidade com o recurso público, e o preço é um dos fatores para analisar nesta proposta, mas precisamos atentar também para a qualificação técnica, para experiência e para proposta assistencial que as entidades concorrentes oferecem. É importante lembrar que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul já tiveram algumas experiências traumáticas com organizações sociais, mas a questão não está na forma de contratualização, mas sim na forma de acompanhamento deste contrato. Desde o início, toda a contratualização mantém uma fiscalização rigorosa em três aspectos: avaliação técnico-assistencial feita pela equipe técnica da Secretaria, ligada à área de coordenação de urgências, que verifica se o andamento da parceria está de acordo com o que foi proposto, se o serviço entregue à população é, de fato, um serviço de urgência e emergência, um pronto atendimento 24 horas. Além disso, temos avaliação, acompanhamento das metas contratuais, como a gente já vem fazendo e expandindo muito na nossa gestão, a garantia de contratos bem feitos, com metas claras de acompanhamento. Além do acompanhamento das metas e da prestação de serviço, é fundamental a análise de contas, pois sabemos que todo recurso do contrato deve ser aplicado na parceria. Lembrando então que são entidades sem fins lucrativos, que todo recurso investido é público que fica na operação. Se, por acaso, a operação não demandar o recurso todo da parceria, aquela sobra deve ser devolvida para a conta pública. Aqui fazemos um paralelo entre a Lei nº 13.019 e a Lei nº 8.666, a Lei de Licitações. Importante então, o termo de colaboração é o instrumento que a gente utiliza para a Lei nº 13.019, enquanto o contrato é firmado pela Lei nº 8.666. Pela Lei nº 13.019, exclusivamente contratamos entidades sem fins lucrativos, enquanto na Lei nº 8.666 não temos essa restrição. Na Lei nº 13.019, então, é possível aproveitar a análise, a qualidade, a experiência, a qualificação, além do preço, enquanto na Lei nº 8.666 nós podemos fazer uma pré-qualificação técnica, mas bastante limitada. Passando essa pré-qualificação, o preço tem um papel preponderante, e, novamente, nós assistimos a questão do barato podendo sair caro. É importante constar que, na Lei nº 13.019, nós temos a avaliação técnica, como eu mencionei, mas a prestação de contas também é fundamental porque cada centavo investido nessa parceria deve ser prestado, deve ser demonstrado através de nota fiscal. Quando, eventualmente, não há utilização desse recurso, ele deve ser devolvido aos cofres públicos, e não está prevista nenhuma taxa de

administração para essa operação. Na Lei nº 8.666, nós definimos, fazemos o pregão, a empresa concorrente apresenta o seu preço, e ela pode incluir ali as taxas de lucro que ela bem entender, e se ela prestar o serviço com aquele preço, nós não temos mecanismos próprios para fiscalização dessa questão. Além disso, a duração, como eu mencionei, na Lei nº 13.019, nós temos termos de cinco anos, podendo ser renovado por mais cinco anos, que garante uma estabilidade, uma segurança jurídica para o prestador se candidatar, enquanto que, na Lei de Licitações os termos devem ser anuais e renovados por até cinco anos.

Então, aqui é um desenho atual da nossa rede assistencial nos prontos atendimentos. Eu destaquei os prontos atendimentos da Lomba Pinheiro e da Bom Jesus, em que nós temos hoje 13 leitos de observação na Lomba do Pinheiro, e 12 leitos na Bom Jesus. Coloquei também, não muito diferente nos demais prontos atendimentos, exceto a UPA do Ministério da Saúde, que ela já segue os padrões que o Ministério exige. Quando fazemos o edital, exigimos, incluímos nesse edital a capacitação, a habilitação do pronto atendimento nas exigências do Ministério para habilitação enquanto UPA. Essa exigência acresce em qualidade. Temos aí uma ampliação de leitos, e nós temos também uma possibilidade de repasse do Ministério da Saúde, do governo do Estado, por ser um equipamento cofinanciado pelo Estado e pela União. Hoje toda a operação dos prontos atendimentos é custeada com recursos próprios, recurso do Fundo Municipal de Saúde. Então, como cada UPA precisa ter 22 leitos, sendo, no mínimo, 4 de estabilização, nós temos essa ampliação de leitos, são 18 leitos a mais no total. Nós incluímos também no edital outros serviços que agregam qualidade, como a realização de ecografia portátil, para tirar dúvidas. Muitas vezes o paciente fica aguardando uma transferência hospitalar para tirar essa dúvida, e com esse equipamento ele pode resolver o problema já no pronto atendimento e não necessitar de um leito hospitalar para isso.

Como eu falei, também nós podemos disponibilizar serviço social e farmácia 24 horas, isso também está no edital. E incluímos a remoção dos pacientes, para que eles não fiquem, depois de ter o seu leito confirmado, ainda aguardando transporte, perdendo em agilidade e aproveitamento dos recursos da saúde.

Incluímos também no edital questões de qualidade, como a diminuição nos tempos de espera. Os tempos de espera serão monitorados, assim como outros índices. Então, nós teremos uma adequação e uma melhoria das áreas físicas e de fluxos para viabilizar a habilitação dos prontos atendimentos como as UPAS, vamos ampliar os serviços disponibilizados, vamos qualificar os serviços existentes com o acréscimo de ecografia, com o aumento da lista de exames laboratoriais. Hoje, frequentemente, alguns exames que são necessários para a urgência não estão incluídos no rol dos contratos e acabam não sendo realizados.

Nós vamos incluir, então, no edital, todos os exames necessários para a urgência. Vamos ampliar os leitos de sala de observação, como eu coloquei, e avaliaremos metas de qualidade para monitorar a realização de consultas médicas, o tempo de espera para essas consultas, para a realização de exames laboratoriais, e o tempo de espera até o paciente ser removido para a internação, no momento em que ele

consegue o leito. Então, aqui estão alguns itens que são avaliados nessas metas de qualidade. O cumprimento dessas metas autoriza o pagamento integral, o não cumprimento das metas impacta em descontos, e o não cumprimento sucessivo leva à rescisão e à interrupção da parceria, porque o que estamos contratualizando é um serviço de qualidade. Se esse serviço não for de qualidade, tem que ser interrompido o contrato e uma nova gestão ser contratualizada, porque a qualidade é o ponto central dessa operação. Alguns itens, então, que avaliaremos no acompanhamento dos contratos: satisfação do usuário, taxa de desistências, tempos médio e máximo de espera para cada nível de gravidade, restrições de atendimento. Frequentemente, hoje, nós vemos as unidades fechando, ou por lotação, ou, às vezes, questões relacionadas à greve. Qualquer restrição de atendimento vai ser avaliada no acompanhamento do contrato. A disponibilidade dos métodos diagnósticos, se em algum momento o aparelho estragar, em vez de a gente ficar envolvido em toda questão de resolver o contrato de manutenção, é obrigação do prestador resolver e manter esses aparelhos funcionando o maior tempo possível; no tempo em que ele não funcionar, ele vai ser penalizado. Sobre a capacitação de profissionais: é importantíssimo a gente manter a qualidade do serviço prestado, isso se faz com profissionais qualificados; as respostas das ouvidorias, o número de atendimento médicos e de enfermagem o tempo médio para remoção hospitalar.

Por fim, é importante ressaltar, embora alguns acabem utilizando esta expressão para assustar, às vezes para tentar alguma mobilização contrária, que o chamamento público da Lei nº 13.019 não é privatização, o atendimento segue sendo 100% SUS, 100% gratuito, no sentido de que ele é pago pelos impostos, nada é gratuito, tudo tem um financiamento, e, nesse caso, o financiamento é público. Os valores investidos em materiais permanentes, equipamentos novos que precisam ser comprados permanecerão sob o patrimônio da Prefeitura, os valores repassados e não utilizados devem retornar ao Tesouro, e os valores de contrato que forem utilizados para questões fora do objeto, questões que não estavam contratualizadas não serão aprovadas e devem ser ressarcidas à administração pública.

Então, o que a gente está fazendo aqui não é nenhuma novidade, é aos moldes dos melhores serviços do mundo, como o sistema canadense, o da Inglaterra, que diversas capitais no Brasil já implantaram, e nós queremos alcançar nesse sentido também. Fico à disposição para esclarecer as dúvidas. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): Convidamos o Sr. Pablo Stürmer a fazer parte da Mesa.

O Ver. André Carús está com a palavra.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Dr. Pablo Stürmer, secretário municipal de saúde, que hoje comparece à nossa sessão, quero iniciar fazendo um convite – estendendo na verdade,

Ver. Paulo Brum: no próximo dia 16 de abril, a reunião ordinária da COSMAM irá tratar dessa pauta sobre o chamamento público para gestão e atendimento dos prontos atendimentos da Lomba do Pinheiro e Bom Jesus. Tenho certeza de que nessa reunião promovida pela COSMAM, que é aberta ao público, à sociedade, às entidades, os interessados devem participar, nós aprofundaremos ainda mais o que o secretário está colocando aqui, e será oportunidade também de manifestação e debates, para que nós possamos conhecer essa iniciativa para além do que já nos foi explicado nesta sessão. Quero adiantar que nós estamos numa era de discussão da eficiência dos serviços que são prestados pelo Estado, falo no Estado no sentido *lato sensu*, o Estado enquanto poder público, que deve atender às pessoas da melhor maneira possível. Muitas vezes, iniciativas como essa, da abertura de um chamamento público para gerir prontos atendimentos, que nesse caso estão em regiões populosas da Cidade e, ao mesmo tempo, também em regiões de periferia, nós nos deparamos com opiniões que muitas vezes beiram à incompreensão. Por isso que a radicalização desse debate não deve ser estimulada, muito pelo contrário, nós temos é que generalizar democraticamente esse debate para que toda a população, principalmente para que o cidadão que é usuário do SUS, que é usuário do serviço de saúde pública da Cidade, conheça, por exemplo, o que foi dito aqui pelo secretário e conhecido pelos vereadores, que o atendimento nesses dois locais permanecerá cem por cento SUS. Outro ponto que julgo da maior importância: não se está falando aqui em extinção de carreiras dos servidores que estão lá lotados, muito pelo contrário, estamos falando em nova lotação para esses servidores onde há déficit de recursos humanos, e muito bem foi dito aqui da situação que é enfrentada e diagnosticada no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Então, esses servidores que estão lá na Bom Jesus, que estão lá na Lomba do Pinheiro, serão deslocados para um local onde faltam servidores e, por consequência, vão qualificar o atendimento nesses locais. Às vezes, chego a pensar que existem determinados grupos ou determinadas organizações que torcem para que o atendimento continue deficitário, porque, se o atendimento melhora, as bandeiras se perdem, mas, aí, é preciso a capacidade de renovar as bandeiras. Assim se faz a luta social, a luta social não se faz repetindo mentiras, a luta social não se faz repetindo controvérsias, a luta social se faz também disputando espaços com responsabilidade e respeitando, acima de tudo, as diferenças e, quando um está falando, o outro ter a capacidade de ouvir, e depois expor as suas posições. Então, para encerrar a minha manifestação aqui, peço a opção pelo chamamento público, observada a lei das parcerias, e o novo marco regulatório dos convênios com as organizações sociais também é o mais adequado. Democratizar isso, e nós já tivemos um bom exemplo lá no Hospital da Restinga: foi feito um chamamento público, pois havia terminado o convênio que até então vinha sendo gerido, Ver. Tessaro, pelo Hospital Moinhos de Vento; assumiu a associação hospitalar Vila Nova, estivemos lá visitando e vai muito bem, obrigado. Aliás, com UTI e leitos de primeiro mundo. Nenhum hospital de Porto Alegre tem o padrão de UTI que tem o Hospital da Restinga, que hoje visitamos. E falo com a propriedade de quem conhece os prontos atendimentos e a rede básica de saúde da Cidade. Não conheço só por ser presidente da COSMAM, mas porque vou lá, visito, atendo, ouço não só as comunidades que nos

demandam, mas também os servidores; procuramos sempre encaminhar as soluções e temos tido, na Secretaria, um grande parceiro para isso. Esse chamamento público nada mais é do que a busca pela qualificação do atendimento. Não tem extinção de carreira, não tem desvio de recursos públicos, não tem privatização, até porque esses profissionais que lá estão, estarão prestando serviço em outro local. E mais, no caso específico da Lomba do Pinheiro, 65% dos profissionais que lá estão atuando são da PUC, e a PUC já manifestou interesse de não renovar o convênio. Então, se não existir esse chamamento público, eles vão ficar no limbo. A Lomba do Pinheiro já é carente de tantos serviços públicos e vai ficar com o pronto atendimento no limbo? Então eu faço aqui o clamor para que as pessoas tenham a capacidade de se reinventar e não repitam bandeiras ou mentiras de que isso está sendo entregue ou vendido, mas pelo contrário, tentem se associar e olhar o lado bom das coisas porque o bom das coisas sempre é o bom para o povo e é para isso que nós trabalhamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara, pessoas que estão acompanhando esta sessão, secretário da saúde, eu confesso que, de uma certa forma, acabamos perdendo a oportunidade de um debate mais profundo. Eu escutei a exposição do secretário, que, de uma certa forma, Ver. Aldacir Oliboni, apresenta um quadro da saúde que eu não sei exatamente de que cidade o secretário está falando. Eu acho que é importante reconhecer a realidade para poder ter um bom plano, reconhecer qual é o quadro atual. E nós temos distorções na saúde de Porto Alegre que estão se aprofundando; distorções na gestão, inclusive. O Tribunal de Contas – não somos nós que estamos dizendo – está apontando que a gestão da saúde de Porto Alegre dá cada vez mais peso para o setor privado, sem a devida explicação para isso. E nós precisamos ter em conta que, sim, há, no Brasil, a previsão de saúde privada – isso é constitucional no Brasil. Mas é constitucional que o que deve dominar é a saúde pública e não a saúde privada. E a gestão da Prefeitura de Porto Alegre está cada vez mais privatizando a saúde! (Palmas.) E, ao privatizar a saúde, está desrespeitando a nossa Constituição, na medida em que cada vez mais dá peso para a saúde privada em detrimento da saúde pública, perdendo inclusive verbas do governo federal, porque o governo federal entrega verbas correspondentes quando há investimentos na saúde pública. Como a gestão Marchezan é uma gestão sistemática de terceirização, nós estamos perdendo verbas federais, estamos desrespeitando a Constituição Federal, e, do ponto de vista da gestão, se está fazendo uma gestão temerária. Basta ver a experiência do HPS. No HPS, com esse sistema de terceirização, o que tivemos de experiência concreta? Empresas privadas que não pagaram corretamente os trabalhadores da nutrição, os trabalhadores da higienização, paralisando o serviço no HPS em alguns momentos em função desse

desrespeito das empresas terceirizadas que, por sinal, alegavam que a Prefeitura não havia lhes pago, mas quem pagava, na verdade, a conta eram os trabalhadores do hospital. E o HPS tem uma situação terrível, como são terríveis vários postos de saúde. Agora, no dia 11, vai ter uma mobilização no Posto Timbaúva, onde faltam remédios. Então, o secretário vem aqui e vende uma gestão maravilhosa da saúde, respaldado por alguns vereadores que dizem que nós estamos avançando muito. Eu, sinceramente, não acho que nós estamos tendo avanços. Eu acho que nós estamos tendo retrocessos, e as terceirizações aprofundam esse retrocesso. Nós temos falta de medicamento, nós temos falta de médicos! Hoje, o governo não tem nenhum plano, sequer um diagnóstico preciso, mas a imprensa diz que Porto Alegre, neste ano, vai perder 95 médicos cubanos. Os médicos cubanos que saíram não foram repostos. No Timbaúva, que é um exemplo e que tem mobilização dia 11, os médicos que garantiam a assistência para aquela população pobre eram cubanos, eram os médicos que aguentavam. Infelizmente, a população, inclusive, às vezes, acha que a responsabilidade é do enfermeiro, do técnico, do assistente, do próprio médico, quando, na verdade, é o poder público que tem de suprir a demanda. Nós temos, lá na mesma região, a UBS do Rubem Berta. Mas quem conhece? Não sei, o Ver. Carús, não sei onde está o Carús, nós tivemos – eu não pude participar – a reunião da COSMAM, na semana passada, agora tem outra reunião da COSMAM. Mas os relatos que eu tenho da reunião da COSMAM mostraram uma série de problemas que ainda não foram enfrentados. O tema terceirização tem de ser discutido, porque terceirização tem de ser tomada com muito cuidado. Se a empresa terceirizada não tem, verdadeiramente, compromisso com o público, ocorre o que tem ocorrido: empresas que não pagam servidores, empresas que prestam serviços ruins, e o poder estatal acaba sendo esvaziado, a capacidade de controle público acaba sendo esvaziada, e nós ficamos nas mãos de empresas terceirizadas que não têm compromisso com a população. Eu acho que o secretário, na sua fala, não fez uma análise apropriada em relação a esse problema envolvendo as terceirizações. Terceirização é muito perigosa, ainda em áreas essenciais, como é a saúde pública. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Saúdo de modo especial os cidadãos e cidadãs que estão aqui hoje, preocupados com o projeto de lei que o governo coloca como prioritário para a votação de hoje, que terceiriza, que privatiza – segundo o governo, é uma concessão – os parques e praças da nossa Cidade, infelizmente. (Palmas.) A nossa bancada, a Bancada do PT, Partido dos Trabalhadores, e por isso estou usando o período de liderança, quer saudar aqui o sempre Ver. Gerson Almeida, que foi secretário da SMAM na nossa gestão, como o Felisberto, que há pouco falava também indignado com essa ideia de o governo municipal privatizar tudo. Os senhores já perceberam que o

governo está entregando tudo para a iniciativa privada? Além de destruir a carreira do servidor público há poucos dias, agora prioriza a concessão dos parques e praças de nossa Cidade. E mais do que isso, ele não está olhando para os programas que a própria Secretaria Municipal de Educação fazia nos 18 centros de atendimento às pessoas idosas ou às crianças e adolescentes. Estas pessoas que estão aqui não só estão indignadas como nós, estão cobrando do governo por quê ele coloca tudo no mesmo pacote. Ele tinha que falar do Parque da Redenção, da Orla do Guaíba, do Marinha, de uma forma, mas lá no Parque Municipal Ararigbóia ou na Praça Darcy Azambuja, da Intercap, que pudesse ter um outro tratamento, ao menos para continuar atendendo as pessoas que ali têm melhor qualidade de vida pela atividade que a SME ainda faz. (Palmas.) O atual governo municipal está destruindo tudo! Não foi por acaso que o secretário municipal da saúde que está aqui fala em mais privatizações, ou em parceria com as ONGs. Nós tivemos, aqui em Porto Alegre, há pouco tempo, uma parceria público privada chamada Sollus, que foi a empresa mais caloteira que chegou em nossa Cidade. Além de destruir com a matriz do atendimento médico do Programa da Saúde da Família, desviou milhões de reais e, inclusive, acho que os caras estão ainda presos. Os que aí se colocam numa posição de governo para poder entregar o que é público para essas pessoas sem nenhum crédito. Quem me diz aqui que esses programas fundamentais, que trazem qualidade de vida para essas pessoas idosas, as crianças e os adolescentes, vão continuar? O governo não disse nada aqui, o governo não garantiu nada que esses programas serão mantidos. O governo, simplesmente, diz que as empresas que ganharem a concessão, poderão, inclusive, cobrar ingresso; poderão, inclusive, cercar os parques e praças conforme algumas emendas da base apresentadas, para cobrar ingressos. Os senhores acham que essas empresas entram para ter prejuízo? Claro que não. Elas entram para ganhar dinheiro às custas do patrimônio público. O governo, mais uma vez, está entregando os parques e praças à iniciativa privada, algo que nós temos que resistir. Isso é da Cidade, é do patrimônio do ser humano. Nós queremos ter livre arbítrio, entrar e sair quando quisermos, porque esse é um direito constitucional. E fazemos um apelo ao governo, por favor, recue, ainda dá tempo, nós não conseguimos ainda votar o projeto. E vamos pelear aqui a tarde toda. Com relação ao que o secretário traz aqui, me inscrevi no período de Comunicações para poder fazer o contraditório daquilo que pensamos: a não privatização, da não entrega do patrimônio público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sr. Secretário, vou iniciar pelo final do seu relato, onde foi dito que a prioridade é para empresas sem fins lucrativos. Nós teremos à frente dos dois próximos atendimentos empresas que serão franciscanas, empresas que atuam na área da saúde e que não ambicionam lucro,

simplesmente se doam para ajudar as pessoas da nossa Cidade. Até hoje, eu não conheci nenhuma empresa franciscana, principalmente nessa área. Não conheci em Guaíba, não conheci em Canoas, não conheci em nenhuma cidade onde foi feito esse tipo de contrato. Pelo contrário: eu vi faltar recursos na área da saúde, faltar medicamentos, faltar profissionais. Se uma empresa vai administrar um hospital – e passa a ser um hospital, queira ou não –, ela visa ao lucro. Não é à toa que a Pontifícia Universidade Católica – PUC e seus braços administram o pronto atendimento da Lomba do Pinheiro; 65% do pronto atendimento é da PUC, e nós continuamos vendo esperas e mais esperas, continuamos vendo o atendimento saturado com uma empresa que não tem fins lucrativos, mas que tem a metade de um quarteirão inteiro da Av. Ipiranga, dos dois lados. Não tem fins lucrativos, poupa em algum lugar. O cobertor é curto, concordo plenamente. Aí nós vamos entregar os dois prontos atendimentos para a iniciativa privada para tirar esses funcionários e colocar no PACS, no HPS e no Presidente Vargas. Só que, fazendo isso, nós estamos poupando uma quantia de dois prontos atendimentos, em compensação, nós temos essas três instituições que gastam, conforme o senhor mostrou ali, muito mais do que esses dois prontos atendimentos. A saída para essas três instituições – o PACS, o HPS e o HPV – será, depois, serem entregues também para a iniciativa privada, porque gastam quatro vezes mais que os prontos atendimentos. Eu queria saber quanto a Prefeitura irá passar de recursos públicos para esses gestores? Quanto será repassado desses R\$ 5,3 milhões que gasta hoje a Prefeitura com os dois prontos atendimentos?

Outra questão que é operacional: esses prontos atendimentos trabalham para a região, eles prestam atendimento para a região. Virando uma UPA, eles estarão abertos, como é a UPA da Assis Brasil, que atende gente de Cachoeirinha, de Gravataí, de Alvorada, então não há o risco de aumentar, de saturar ainda mais o número de pessoas a serem atendidas nessas duas unidades. O senhor falou na questão do transporte. Hoje, o transporte do pronto atendimento é feito pelo SAMU. Não? O senhor está dizendo que não? Que a gente saiba, está lá o SAMU fazendo esse transporte; ou é uma terceirizada que trabalha na questão das ambulâncias que faz esse transporte. As pessoas vão entrar para administrar os dois prontos atendimentos; aí, vão levar ambulâncias também para os prontos atendimentos. Então, vai aumentar o número de ambulâncias em Porto Alegre, além do SAMU público e da terceirizada. Essa semana ainda, a COSMAM teve uma audiência para tratar disso, e nós já participamos de algumas, até em conjunto com a CCJ.

Então são esses os questionamentos que eu faço a V. Exa. para saber, de fato, como vai ficar, sempre lembrando que a cidade de Canoas e a cidade de Guaíba – só para lembrar duas cidades da Região Metropolitana, nós temos outras cidades no Rio Grande do Sul – seguiram esse caminho, seguiram esse passo, e virou um caos a saúde nessas cidades. Volto a questionar: é esse, no futuro próximo, o plano para o pronto atendimento da Cruzeiro do Sul, para o Hospital de Pronto Socorro e para o Hospital Presidente Vargas? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Mônica, nossa Presidente; demais vereadores e vereadoras; saudação especial ao Pablo, nosso secretário da saúde, que veio aqui voluntariamente à Câmara Municipal para esclarecer sobre os prontos atendimentos que serão transformados pela Prefeitura Municipal. A ideia do pronto atendimento é ser transformado em UPA, e essa transferência melhorará, sem dúvida nenhuma, o atendimento nesses dois postos. Mas antes de falar sobre a pauta, eu quero dizer que é importante o secretário vir até aqui de forma voluntária para esclarecer um projeto da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o qual não necessita da aprovação da Câmara Municipal de Porto Alegre. Então, o secretário veio até aqui para explicar uma ação do Município de Porto Alegre. Infelizmente, alguns vereadores não prestaram atenção. O Ver. Oliboni veio aqui e falou sobre parques e praças, ao invés de aproveitar para falar da saúde, até fiquei espantado, um vereador que trabalha tanto na área da saúde, discutindo parques e praças, ainda falando de privatizações, quando sabemos que é outra coisa que está acontecendo.

Mas nesse projeto tem os dois prontos atendimentos, como já foi dito aqui, parte da Lomba do Pinheiro é atendida pela PUC, que está se retirando, que não vai dar continuidade ao trabalho, mesmo assim, nós temos 199 servidores públicos que trabalham nesses dois prontos atendimentos que serão remanejados para outros locais da saúde, como o Pronto Socorro, o Presidente Vargas, sem ter nenhum tipo de prejuízo, tendo em vista as necessidades. E o Município de Porto Alegre, através de um chamamento público, vai fazer uma parceria com uma OS- Organização Social, sem fins lucrativos. Mas claro que não tem um fim lucrativo, mas vai ter um contrato através desse chamamento público, como foi explicado aqui da Lei nº 3.019 que, inclusive, é uma lei que vai ser utilizada, é uma lei federal – e estão dizendo que nós queremos privatizar os postos de saúde, e todo mundo sabe que não é isso, mas utilizam dessa artimanha. A Lei nº 3.019, de 31 de julho de 2014, foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, Ver. Oliboni, então, é uma lei que o seu partido utilizou, porque há necessidades. A gente sabe que, infelizmente, o custo, quando é com servidor público, é maior, e temos uma dificuldade, secretário, de fazer as melhorias necessárias. Quando a gente tem a agilidade do setor privado, Ver. Ricardo Gomes, nós conseguimos um processo mais rápido. Esses dois prontos atendimentos – pelo chamamento público, ou essa OS, vai haver um contrato, um convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre – vão ter muito mais agilidade. Nós vamos ter a oportunidade de ter mais médicos, vamos aumentar o número de leitos, vamos ter um atendimento melhor para a população...

(Vaias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Os petistas podem gritar, podem falar, não tem problema. A verdade, às vezes...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Mauro, um momentinho, eu asseguro o seu tempo. Eu gostaria de pedir às pessoas que estão presentes neste plenário que, por favor, deixem o Ver. Mauro fazer a sua exposição. Após, os senhores e as senhoras podem fazer as suas manifestações.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): A verdade, às vezes, é um pouco difícil; às vezes, dói. Mas a verdade é essa, a lei foi muito utilizada pelo governo federal, quando o PT, quando a Presidente Dilma estava lá, porque é necessário, não sou contra, é uma necessidade, pois hoje o poder público tem dificuldade de fazer o que precisa ser feito. Assim, com uma parceria, uma contratualização – como já existe hoje no Hospital da Restinga, no Hospital Independência, onde o serviço melhorou, se reduziram os custos, se dá mais atendimento à população –, com certeza, os prontos atendimentos da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus vão ser melhores, vão ter mais qualidade, um melhor atendimento e um custo melhor. Quem vai sair ganhando é a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. Parabéns, secretário!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Podem dizer o que quiserem sobre investimentos na área da saúde, mas nunca serão suficientes para atender a todos. E quando existe a alternativa das parceiras, para minimizar os custos do nosso poder público, que está com seus cofres raspados, ainda questionam? O Brasil caminha, assim como outros países, para as parceiras público-privadas, que são, hoje, de grande importância para as administrações públicas; são elas que fornecem o subsídio...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, por favor, sempre sou educado com todos e gostaria de receber a mesma educação. Quero dizer que farei o meu discurso apenas falando da área da saúde. Esse avanço no pronto atendimento das UPAs da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro foi necessário, porque sempre houve problemas com o atendimento, e a demanda é grande. Faço parte da Comissão de Saúde, juntamente com os vereadores André Carús e Aldacir Oliboni, e visitamos alguns hospitais. O Hospital da Restinga está de parabéns, vai abrir a maternidade, e as senhoras daquela região, do Extremo-Sul, muitas tiveram seus partos dentro de uma condução, dentro do ônibus, do táxi, porque o atendimento era somente aqui no Centro da Cidade. O Hospital Beneficência Portuguesa, que por muitos anos teve problemas na contratualização com o Município, começou agora com poucos atendimentos, mas tem espaço para 300 leitos. Secretário, estivemos lá, eu e o Ver.

André Carús, e a nossa Comissão poderá intermediar a contratualização com o Município, para avançarmos. Sei que há a necessidade de mais contratualizações, e ofereceram atendimento para oftalmologia. Hoje, em Porto Alegre, tem mais de dez mil pacientes esperando por um exame oftalmológico, e lá há esse espaço que poderemos utilizar, porque existe uma parceria. Também o Hospital Beneficência Portuguesa se prontificou, e estão, para quem não sabe ainda, a população de Porto Alegre, trabalhando para inaugurar o Parque Belém, que também é do lado crítico de Porto Alegre, que precisa ser e ter um bom atendimento. O atendimento que nós estamos tendo de sete UPAs, de 24 horas, está de parabéns. Está de parabéns, porque nós temos visitado todos os hospitais, inclusive, na semana passada, houve uma visita ao Hospital Militar da Brigada Militar. Ele não tem contratualização com o SUS, mas é um hospital, e assim nós temos que fazer e visitar cada hospital. E nós, vereadores, queremos ser o elo de ligação da população com o Município e levar as demandas e sugestões para a Secretaria Municipal da Saúde. Nós não vamos aqui criticar o que está sendo feito. Se há um avanço ou se podem buscar verbas do Ministério da Saúde com essa transformação das UPAs, por que não buscar a verba federal? Se nós podemos contratar parceiras, uma organização social que possa vir e diminuir os custos de atendimento, porque diminui e muito os custos de atendimento... E o Ver. Mauro foi bem claro quando disse “nós estamos dizendo que é uma empresa sem fins lucrativos”. Sim, ela é sem fins lucrativos, é filantropia, mas tem os custos de administração, como todo mundo tem num contrato. Ninguém trabalha de graça, porque trabalhar de graça, realmente, não há condições. Então eu quero dizer que estamos no caminho certo, parabéns e pelo comparecimento espontâneo nesta Casa, secretário.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do ex-vereador pelo PT, Gerson Almeida. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Presidenta da Casa, Ver.^a Mônica; o Secretário de Saúde, Sr. Pablo; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão aqui na tarde, preocupado com as privatizações dos parques e praças da nossa Cidade. Os senhores sabem que fim levou a parceria do Hospital da Restinga? Os senhores sabem, por exemplo, que o Hospital da Restinga foi construído, há pouco tempo, por uma dívida do Hospital Moinhos de Vento, que foi todo construído, todo aparelhado e, há pouco tempo, o gestor público fez uma licitação, possivelmente uma concessão, como eles falam, e entregou para uma outra entidade? Nesse caso, quem ganhou foi o Hospital Vila Nova. Acontece que, para manter os mesmos serviços do Hospital da Restinga, foi uma briga enorme; há poucos dias, esses que ganharam essa concessão – Ver.^a Sofia, seja bem-vinda – pediram aditivo de R\$ 800 mil, Ver. Tessaro, para continuar os mesmos serviços. Agora, eu pergunto: o Hospital Parque Belém, que fim levou? Fechado. Quanto dinheiro público foi investido

lá, quantos aparelhos ociosos estão lá, parados! O que o poder público fez ou faz para transferir aqueles aparelhos pagos pelo dinheiro público para novos locais públicos para atender a população? Quantas pessoas estão na fila para fazer uma ecografia, uma tomografia, uma ressonância e não podem fazer. Estão lá! Estão lá os aparelhos atirados. Agora vem aqui o Pablo, do governo municipal – tenho o maior respeito por ele –, a decisão de gestão não é tanto dele, é do núcleo central do governo, que quer entregar agora o pronto atendimento da Bom Jesus, da Cruzeiro e da Lomba do Pinheiro. Eu pergunto, secretário: o que o senhor vai fazer com os atuais servidores? O Carús disse que vão ser valorizados, vão ser mantidos. Essa é a primeira pergunta. A segunda: em 2016, o governo fez concurso público – o Marco está aqui e não me deixa mentir, médico do programa de Saúde da Família – que havia mais de 400 vagas, quantos desses concursados a Prefeitura chamou desde 2016, da gestão anterior e da atual gestão? Nós aprovamos aqui na Casa um projeto de lei transformando, por exemplo, o auxiliar de enfermagem do HPS em técnico de enfermagem para poder o governo chamar e suprir a necessidade do HPS. Não chamou no HPS e nem na rede básica. Quando o governo vai suprir o programa Mais Médicos? Nós temos muitas unidades de saúde, secretário, que não têm médicos. O senhor está batalhando, está tentando, enfim, tem feito novo concurso, novo contrato para poder fazer com que as equipes do programa da Saúde da Família passem a estar completas, com médico, enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e quatro agentes comunitários de saúde e um agente de combate a endemias. Nós queremos as equipes completas, mas existe um grande número que não está completa, e a população vai lá para poder ser atendida e nem sempre consegue ser atendida. Como acontece no horário estendido que o governo criou e, por exemplo, na Santauro, no Terminal Lameda, tem que ir às duas da tarde para conseguir uma ficha para as sete da noite.

O governo, além de não ter gestão, quer agora terceirizar, privatizar, fazer concessão, isto é, quando o governo não tem criatividade e gestão, ele quer se livrar desse compromisso. Mas ali na frente vai custar muito mais caro, porque a cada exame feito é pago muito mais. Eu acredito muito mais no servidor público que opera o serviço sem limite de atendimento, isto é, não tem cotas, e com qualidade de atendimento, porque o servidor público está ali para servir a população. Por isso eu fiz uma breve manifestação fazendo três perguntas para que o secretário nos garanta que, de fato, vão ser UPAs e vão funcionar. Agora, como vai ser absorvido esse recurso que vem do governo federal? E essas reformas que vão ser feitas para serem chamadas de UPAs? Como vai ser feita? Onde será atendida a população nesse período de transição? Por isso a nossa preocupação e que não dá para, às vezes, acreditar, até porque temos exemplos de Porto Alegre e Canoas que, muitas vezes, ficou além do conto de fada, ele ficou devendo muito na qualidade do atendimento para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, secretário Pablo, cumprimentos pelo trabalho; senhoras que vêm à Câmara hoje, especialmente as minhas vizinhas do Parque Ararigbóia. Eu voto no Santa Inês desde que vim de Bagé para Porto Alegre e, hoje pela manhã, coincidentemente, passei ali pelo Ararigbóia de novo. Aquela rua de baixo, que vai dar na Rua Professor Ivo Corseuil, ali no Posto Darcy, como é o nome dela? Rua Mariz e Barros? Pois ali, quando a gente entra no Ararigbóia, daquele lado - estava falando com o Bosco - era para ter uma quadra de futebol, e está só a base de cimento, não tem uma goleira, não tem uma tabela de basquete, e tem o mato tomando conta. No campo do Ararigbóia, que é frequentado pelo futebol amador, onde tem campeonato de várzea, que é uma coisa muito bacana - está aqui o Ver. Conceição que joga lá -, o pessoal se organiza e vai, desde que estou em Porto Alegre, em 1984 - sou vereador aqui há 12 anos -, não tem grama. Aliás, quem joga ali tem que ser craque - te cumprimento porque não tem grama, tem grama nuns quadradinhos. Tem o ginásio do Ararigbóia que está melhorzinho, graças a Deus, o ginásio está bom, o que precisamos preservar. Eu estou falando isso para vocês - está aqui meu amigo Jakubaszko, que é da Redenção, e eu tanto trabalhei lá também pela questão da qualificação do Brique, para dizer o seguinte: por que está desse jeito? Porque estamos em uma Cidade que é pobre. Eu estava falando ali para o Ver. João Bosco Vaz agora no outro lado, porque nós, que somos vereadores, temos a obrigação de caminhar por toda a Cidade. Parque Minuano, lá no Parque dos Maias, lá na Av. Baltazar de Oliveira Garcia, quase chegando em Alvorada; gente, tem um parque lá, tem uma escolinha de futebol, crianças carentes. Eu, por duas vezes, ajudei dando *kit* de futebol. Não adianta, era para eles terem naquele parque - o Bosco sabe, foi o Fogaça que inaugurou -, dois vestiários, eles não têm nada lá. Os professores têm que chamar as crianças para dar uma preleção e fazer as coisas na rua, as crianças não têm onde tomar um banho, não têm um vestiário, entre outras coisas, porque também é uma coisa que vocês têm que ajudar a gente a criar consciência comunitária. Ali pertinho, em Petrópolis, por exemplo, na Praça Mafalda Veríssimo, um privado foi, adotou a praça, arrumou, convidou vocês, domingo terá uma atividade - a comunidade está cuidando! Então, nós precisamos cuidar mais das praças como comunidade e não ter esse preconceito contra o privado, porque, no caso da Praça Mafalda Veríssimo, foi um privado que foi lá e arrumou. E eu quero dizer para vocês quem tem uma mentira, e eu lamento muito porque isso desqualifica o Parlamento, de fazer aqueles vídeos que o Oliboni protagonizou, e também os vereadores Adeli, Comassetto e Sgarbossa fizeram na internet. Veio uma amiga aqui e me disse: “Valter, é verdade que vão privatizar as praças?” Mas está expresso, está escrito no projeto que é absolutamente proibida a cobrança de ingressos em parques e praças de Porto Alegre. E está dito, e foi dito para nós aqui, foi dito de novo, dez vezes, que todos os equipamentos que já existem nas praças não pode ser cobrado para acessar esses equipamentos. E que se, eventualmente, construíssem um equipamento novo, como, por exemplo, uma roda gigante aqui, na orla

de Porto Alegre, no Parque Moacyr Scliar – que eu dei o nome com muita honra –, aí para acessar essa roda gigante poderia...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Valter Nagelstein, por favor, eu peço que o senhor se atenha ao tema do convidado.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sim, senhora. Aí teria que pagar para acessar a roda. Então, eu quero dizer que eu lamento, porque isto desvaloriza o Parlamento: inventar mentira para as pessoas. Eu também defendo que os espaços públicos têm que ser públicos e que têm que ter acesso livre e universal para as famílias, para as pessoas.

Com relação ao secretário Pablo, eu quero dizer que, quando eu era líder do governo aqui, nós tivemos uma guerra com esse mesmo pessoal aqui, porque não queriam que o IMESF fosse celetista, queriam que o IMESF fosse estatutário. A Sofia estava à frente do grupo que era contra. Criamos o IMESF celetista e hoje tem 240 equipes, tem 2 mil pessoas, e fazem um excelente trabalho, o PT não queria que fosse assim – não queria que fosse assim! A gente venceu aquela guerra! Agora, de novo, tem gente que ilude, que engana. Nós estamos caminhando para uma coisa... Eu convido vocês a visitarem a Clínica da Família da Restinga, que é administrada por uma OS. Eu fui lá, é minha obrigação como vereador, e vi o atendimento que as pessoas estão tendo lá na Clínica de Saúde da Restinga, Ver. Oliboni, e o senhor tem que ter o mínimo de honestidade intelectual para assumir isso, para dizer que as famílias pobres de Porto Alegre, da Restinga, da Pitanga, estão sendo muito bem atendidas – muito bem atendidas!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não adianta a claque do PT... Vocês têm que gritar para o Lula, vocês têm que pedir para o Lula e falar com o Mortadela, comigo não! Quero dizer o seguinte, vereadora: quem não respeita a minha fala, não respeita a democracia. Esta é a Casa da democracia.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, senhores e senhoras, peço que deixem o Ver. Valter Nagelstein terminar a sua manifestação.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu vou aguardar enquanto eu não puder falar, Presidente. Vir a esta Casa é respeitar um parlamentar que foi eleito. Podem não gostar do que eu falo, mas eu tenho direito de falar. Eu tenho direito de falar! Por favor...

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não, não foi a senhora que me botou aqui, eu não tenho o seu voto. Não é o seu voto que me botou aqui.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhoras e senhores, por favor, eu peço a gentileza de aguardarem em silêncio a manifestação do Ver. Valter na tribuna. Obrigada.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu vou defender esse modelo, porque esse modelo é bom. Nós não precisamos administrar pessoas, nós temos é que administrar contratos. E aí a última pergunta que eu faço, Ver. Mauro Pinheiro, quem é que fiscaliza o contrato? Eu estou vendo funcionários falarem das terceirizadas. Agora, a quem cabe fiscalizar o serviço das terceirizadas? É o funcionário de carreira, então é ele que tem que fazer com que a terceirizada trabalhe bem, é ele que não tem que atestar um serviço mal feito. E aí, sim, nós vamos ter uma sociedade para quem precisa, lá na ponta, não para atender sindicato, não para atender o Mortadela, que enche aqui para fazer plateia para o PT e para o PSOL. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, caríssimo secretário Pablo Stürmer, que está aqui para dialogar conosco e, nesse ponto, vou me ater às questões de saúde, porque tenho várias coisas para conversar com o Sr. Pablo. Sr. Secretário, é muito importante que o senhor escute, como tem escutado em audiências que levei pessoas a falar com V. Sa., continue escutando os problemas da saúde pública de Porto Alegre. Vou começar a pontuar algumas questões. Na Restinga, não há apenas um hospital e uma UPA, lá também temos algumas unidades básicas de saúde importantes. Fui, um dia, às 7h, o senhor estava lá na Castelo. As pessoas queriam continuar naquele espaço inadequado, e eu mostrei para várias pessoas que o ideal seria sair dali, fazer com que os profissionais estivessem em outro espaço, mas que não faltassem profissionais.

Nesta semana, o senhor sabe que eu lhe acionei – não vou dizer tarde da noite, mas já era noite a dentro – sobre um dos postos da Restinga. Uma pessoa foi às 3h30min e não conseguiu ficha, inclusive é uma estagiária de um órgão público da Prefeitura de Porto Alegre. O senhor tem que dar uma atenção especialíssima às unidades básicas de saúde como Macedônia e outras na Restinga, porque ali é o primeiro momento em que a pessoa chega no desespero, às vezes com uma criança com febre, para não falar dos idosos, que não podem ficar esperando em fila de ônibus, têm que ir no primeiro posto de saúde que encontrarem pela frente. Muita atenção, secretário, para a questão dos idosos em Porto Alegre, a Cidade que tem o maior índice de pessoas idosas.

Agora eu quero uma nova atenção do senhor. Estivemos, dias atrás, com o senhor para falar do Timbaúva, uma localidade no norte do Município, muito pobre. Naquela unidade de saúde tem pessoas que vêm do Recanto do Sabiá, talvez o nicho mais pobre, de maior miserabilidade de Porto Alegre. Há um recurso de verba de deputado para aquele posto. Há contravérsias – se tem que ampliar, se tem que fazer uma nova unidade, o que fazer –, só nós não podemos perder esse recurso, secretário, não podemos, está com o senhor, e a comunidade está ansiosa para ter um retorno sobre essa questão.

Portanto, secretário, antes de discutirmos as contratualizações, quero lhe chamar atenção especial para esses temas. Ontem, também houve uma reunião para discutir a questão da terceirização, especialmente no SAMU e em algumas pontas, em alguns lugares com empresas que, às vezes, a Prefeitura atrasa, mas, outras vezes, não atrasa, e essas empresas têm que ter uma lista na Prefeitura. Por isso que lastimo que o prefeito tenha vetado a minha lei, aprovada por 32 vereadores aqui, que atualiza a Lei Anticorrupção no Município, que tem que ter *compliance*, tem que ter código de ética, de postura, para negociar com a Prefeitura. E a lei é muito clara, tem que ter três meses para segurar a peteca e ponto. Eu sei que houve uma grande discussão aqui, e que nós temos que tratar isso. Espero que tenha chegado o informe para os senhores da reunião que teve ontem sobre a questão das terceirizadas.

Para concluir, e não menos importante, o senhor está aqui para discutir a contratualização. Ver. Mauro, a Lei nº 13.019 foi sancionada pela Presidenta Dilma, e eu concordo integralmente com essa lei, porque, graças a ela, existem as creches comunitárias em Porto Alegre, graças a ela, nós temos as instituições sociais que cuidam dos turnos inversos nas escolas. Não há nenhum problema com a Lei 13.019, que é o marco regulatório das entidades da sociedade civil, eu tenho só algumas dúvidas, já falei. Acho que em alguns lugares não deu certo pelo tipo de empreendimento que se escala para fazer a contratualização. Tenho dúvidas, vou continuar questionando essa questão. Agora, o seguinte, os senhores elegeram dois espaços, o da Lomba e o da Bom Jesus. Não se faz apenas o embate como oposição aqui dentro e não só se opondo a alguma medida administrativa do Executivo, eu posso lhe dizer, secretário, eu vou ficar em cima. Eu vou bater perna toda a semana na Lomba e toda a semana na Bom Jesus. Eu sou assim, eu sou um sujeito que está na internet, mas eu estou com o pé no barro também. Não é, Djedah? Sou o vereador que mais te incomoda. E, por favor, Djedah e secretário, continuem, se todas as secretarias fizessem essa ponte, talvez as coisas fossem melhores e não teríamos tanta briga como temos tido aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, Presidente, eu queria saudar a presença do secretário aqui nesta Casa e saudar também o trabalho que vem sendo feito de forma técnica, com rigor técnico profissional, desde o secretário Erno, que hoje está ajudando o nosso País noutra alçada, mas também com o qual o senhor vem conduzindo o trabalho da pasta. Muito embora eu não seja um profissional da saúde e não venha acompanhando essa pauta tão de perto como alguns outros vereadores, me interessa muito a avaliação da gestão pelo resultado e obviamente da profissionalização da gestão, porque o que interessa para todos nós, deveria interessar, enquanto legisladores, ninguém aqui é especialista em todas as áreas na qual a Prefeitura trabalha, mas interessa a nós sabermos se o dinheiro do pagador de impostos está sendo bem aplicado e se os nossos gestores estão imbuídos da responsabilidade e da competência para conseguirem fazer seu trabalho da melhor forma possível. Dito isso, me surpreende o desconhecimento de algumas das críticas que têm sido feitas à gestão e às decisões tomadas. Eu, particularmente, entendo que o porto-alegrense quer mais saúde, o porto-alegrense quer mais atendimento e melhor atendimento. E toda e qualquer medida que consiga entregar esse resultado, especialmente com um melhor custo/benefício para o pagador de impostos, deve ser apoiada porque está alinhada com o interesse do pagador de impostos. O que nós vemos aqui é que existem algumas medidas que, embora levem a esse resultado pretendido, não há interesse de serem adotadas porque divergem do ponto de vista ideológico de alguns grupos políticos. Então, porque a minha crença política, a minha ideologia entra em conflito com a melhor prática que entrega esses resultados, eu devo, portanto, me manifestar contrário? É isso que eu estou vendo aqui. E aí é uma confusão entre serviço estatal e serviço público. Porque a saúde e o dever de se prestar serviço em saúde é um dever público do Estado, não necessariamente implica que o Estado deva ser dono de todos os postos de saúde, de todos os hospitais, da folha de pagamento de todos os profissionais médicos e assim sucessivamente. Muito antes pelo contrário, empreender na gestão pública é também encontrar meios de conseguir melhorar o atendimento do cidadão de forma a otimizar aquele recurso público, garantindo o serviço que a lei exige do poder público. E é isso que as organizações sociais e a lei das OSs têm permitido e viabilização. Aliás, o Ver. Mauro, líder do governo, me provocou quando eu estava subindo aqui: “O Ver. Camozzato vai dizer que não apoia as OSs porque ele queria era privatizar todo o sistema de saúde!” Ora, confesso que, por um lado, a minha ideologia diria que talvez, sim, fosse muito melhor; mas, entendendo a realidade de Porto Alegre e a realidade política e o contexto deste Parlamento, eu compreendo que não seria factível neste momento. E, portanto, faz muito sentido apoiar as OSs e essas iniciativas. Coisas que, infelizmente, a oposição não consegue fazer. Não consegue entender o contexto político, não consegue entender a realidade financeira da cidade e faz, inclusive, mais do que isso, a oposição excede esse entendimento e mente para a população, porque fala, nos seus materiais, que se está privatizando a saúde. Não entendem, secretário Pablo, o que é privatização. Só pode! Não sabem o que é privatização, ou, se sabem, fazem questão de mentir. E eu faço questão de explicar: privatização é quando você vende e entrega completamente o patrimônio público para a operação por um privado,

que se adonará daquele bem, e, portanto, nunca mais voltará a ser público, a não ser que ele venda de novo para o Estado. Eu não sei onde, e eu faço questão de que a oposição apresente qual foi a prática da Prefeitura, da Secretaria de Saúde que fez com que patrimônio público fosse vendido e entregue permanentemente para a iniciativa privada na área da saúde, porque eu não encontrei. Se eu encontrasse, a minha ideologia me faria vir aqui apoiar. E eu não estou vindo aqui apoiar essa privatização da saúde, porque eu não estou vendo ela. Talvez, se o NOVO estivesse no governo, nós veríamos algo do tipo, mas não é o caso. Eu vi que algumas das manifestações foram lideradas pelo Simpa. E aí eu faço questão de entrar num discurso um pouco mais agressivo: se o Simpa liderou, então já não dá para levar a sério, porque já sei que se trata de política partidária e de militância política e não de interesse público da sociedade. Onde o Simpa se mete, geralmente, não é interesse do cidadão, é interesse do sindicato, é interesse daqueles partidos que o controlam. A gente vê as clínicas populares, por exemplo, movimento da iniciativa privada, que oferecem consultas a baixos custos para os cidadãos. E muitos dos nossos cidadãos de Porto Alegre têm recorrido à clínica popular, porque o sistema público de saúde é ruim. Essa mesma lógica que fez com que esse cidadão optasse pelo sistema privado, a gente pode fazer para o setor público, para que ele não mais precise gastar esse dinheiro em clínica popular. Mas, aqueles que dizem defender os pobres, aparentemente, não querem, por quê? Porque estão interessados em manter o serviço estatal, para manter suas ilhas de poder. E para eles interessa manter ilha de poder, porque uma vez que ele tenha essa ilha de poder, eles aumentam a folha de contratação, aumentam a estrutura de dinheiro que eles gerenciam. E esse dinheiro de novos servidores, que vão para a contribuição sindical para o Simpa, e esse recurso que eles administram virarão *outdoors*, cartazes e material de militância política para esses partidos que controlam sindicatos. E com isso nós não podemos concordar, porque estamos aqui para fazer política pública para o cidadão que paga a conta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta, Mônica Leal, prezado secretário municipal da saúde, que nos dá a satisfação do debate democrático nesta Casa, colegas vereadores e vereadoras, prezadas comunidades que nos assistem aqui, eu já disse aqui, nesta tribuna, e vou voltar a repetir isso, na presença do nosso secretário e do meu colega que me antecedeu, que a melhor propaganda que um governo pode fazer é um serviço público de qualidade. (Palmas.) Essa é a melhor propaganda que pode fazer. Agora o governo colocou R\$ 34 milhões no orçamento para fazer propaganda da sua administração. Aí queríamos aqui, em nome da oposição, meu colega Robaina, que aqui está, Oliboni e os demais, dizer que a oposição quer ajudar a cidade de Porto Alegre, inclusive nós, quando nos empenhamos, e eu tive o prazer de

coordenar a campanha pela implantação do Hospital da Restinga. No dia 18 de setembro de 2006, o então presidente Lula assinou o decreto que destinou os recursos para aquele hospital. Aquele hospital existe porque a comunidade se empenhou e ajudou a dar sustentação. Eu defendo as PPPs, prezado Robaina, e entendo que a melhor parceria que tem é a parceria pública-público, a parceria pública com o público, com aqueles que precisam. E neste caso nós temos que analisar, prezados vereadores que se dizem liberais, Porto Alegre está na contramão daqueles países nos quais nos espelhamos, como os da Europa, que dizemos que são os melhores países para se viver. A Alemanha, que é o país capitalista mais forte da Europa, neste momento, reestatizou 483 serviços públicos, entre eles alguns da saúde, Sr. Secretário. Nós queremos lhe ajudar aqui a cumprir aquela promessa que o prefeito Marchezan fez que, quando o presidente que aí está, que foi apoiado pelo Marchezan e pela maioria dos vereadores, expulsou o Mais Médicos do Brasil e disse que colocaria médicos em todos os cantos, Ver. Mauro Zacher, em todas as comunidades. Pergunta ali para a Nídia, na comunidade da Restinga, se tem médico, se tem enfermeiro, se tem os medicamentos necessários como tinha quando havia o Programa Mais Médicos. Tem ou não tem? Não têm. É isso que vale, é com isso que precisamos, aqui, estar sintonizados. Diante disso, tem um debate aqui, agora, que vamos dar continuidade, que chama-se privatizar os espaços públicos: praças, centros sociais, e ali estão as meninas que utilizam os centros sociais. E eu ouvi um depoimento de uma delas, prezado secretário, na nossa Comissão de Saúde, que disse o seguinte: “Retiraram do Tesourinha os professores de ioga, de dança, de ginástica. Eu tomava um medicamento, hoje estou tomando cinco medicamentos.” Isso é tirar a qualidade. Nós temos que pensar nessas políticas integradas no tema da saúde. Por isso, queremos, sim, discutir com o senhor; queremos, sim, apoiar as políticas públicas, mas não aquelas que simplesmente se desfazem da estrutura pública que sempre foi bem gerenciada. E quero convidá-lo para vir conosco às ruas e fazer uma campanha nacional em defesa do Sistema Único de Saúde, para que os recursos do Sistema Único de Saúde venham para o Município; mas que o prefeito e o senhor estejam conosco fazendo essa campanha em todos os cantos da Cidade, em todas as comunidades. Vamos percorrer posto por posto de saúde, dialogando com a comunidade. É isso que nós precisamos nesse momento, é verificar se o modelo de saúde para aqueles que não conseguem ter a saúde privada a saúde pública não atende. Atende, olhem os milhões de pessoas que o Hospital de Clínicas atende; que o Grupo Hospitalar Conceição atende; e todo o mundo recorre para lá. E eu concluo dizendo aqui, Sra. Presidente, que nós precisamos, secretário, fazer uma campanha imensa para começar salvando a joia que nós temos na saúde pública em Porto Alegre, que é HPS. No HPS vem gente de todo o Rio Grande do Sul, porque sempre foi referência em qualidade, e ele está sendo desmantelado. Queremos fazer uma campanha com o senhor para salvar o HPS de Porto Alegre também. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidente, meus cumprimentos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amigos que nos visitam e amigos que nos veem na TV; queria, num primeiro momento, agradecer ao nosso muito querido e estudioso, Ver. Ricardo Gomes, pela cedência do seu tempo.

Que bom, secretário, que V. Exa. está aqui conosco para podermos falar democraticamente sobre essa coisa tão importante que toca aos governos municipais, que é cuidar da saúde das pessoas. Eu acho que seria muito bom a gente conversar mais vezes, mas sem ideologização, de maneira desideologizada, sem ideologias. Nós temos que falar de acordo com as possibilidades que existem sem nos comprometer com funções partidárias, sem nos comprometer com qualquer outro assunto que venha interferir.

Primeiro, quero cumprimentar por aquele trabalho ajudado pelo gabinete do Ver. Janta, que foi a abertura dos postos até as 22h – um na Tristeza; outro na Zona Norte, o Ramos; outro na subida, depois da PUC, o São Carlos; e o Modelo. Isso foi um avanço prático interessante com os funcionários – com os próprios funcionários da Casa. Lá nós temos exames e acolhimento até as 22h, ou seja, aquelas pessoas que não consultavam porque não tinham hora para consultar, porque chegavam em casa às 17h, 18h e estava fechado o posto, como os outros continuam, nesses, então, elas têm atendimento. Isso vem ao encontro de uma lei que eu fiz há muitos anos, muito parecida com a do Janta, e eu não revivi a lei porque fui beneficiado com a aprovação da lei do Janta.

Excelência, tem um ponto que eu preciso que V. Exa. nos ajude. Acho que vou deixar de falar nesse assunto dos centros médicos serem ajudados por entidades particulares, porque eu também tenho dúvida nisso, Robaina. Tenho uma grande dúvida se isso é bom, principalmente porque elas roubaram, roubaram e roubaram, e ninguém fez nada. A de Canoas, toda a caterva que dirigia está presa, e nós não temos mais notícia. A daqui, antes do governo Marchezan, no governo passado, aquela firma particular que iria cuidar do trabalho e acabou desviando horrores de dinheiro. Então, eu já fico com um pé atrás com isso. Vou estudar mais para ver se isso é bom. As modificações que fizeram com o governo – eu e outros colegas somos do serviço público – foram boas, agora não sei se, trazendo particular, também vão ser. Eu acho que a gente não podia fazer essa modificação definitivamente. Se tiver que ser feita, se aqui a maioria desejar isso, e a maioria tem feito junto com o prefeito, tem que fazer um plano-piloto por dois anos, por um ano, por três anos e, depois, rever, porque, se tiver tudo mal, nós não vamos dizer que é lei, que ficou resolvido, nós vamos varrer isso daí. Mas eu quero aproveitar, Excelência, e fazer um grande pedido, algo que eu tenho me queixado toda hora aqui.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Muito obrigado, Ver. Paulinho. É um pedido muito especial que faço a Vossa Excelência. É impossível, senhor secretário, que a gente tenha uma paciente hospitalizada com um tumor dentro da sua barriguinha e que ela seja mandada para casa para esperar que seja regulada a sua cirurgia para logo adiante. Isso é um crime contra a saúde! Eu imagino que não esteja chegando isso ao seu gabinete, porque eu não acredito que quem conduz a nossa saúde municipal, que não é o federal, que não é o estadual, quem conduz é o municipal... Quem conduz a saúde do brasileiro, depois da municipalização da saúde, é o Município, é o secretário da Saúde, é o seu prefeito. Eu venho lhe fazer queixa, Excelência, porque nós estamos perplexos de ver mulheres com tumor de abdômen – eu digo mulheres, porque é delas que eu trato – irem para casa, Ver. Robaina, aguardar 20 dias para voltar para fazer a cirurgia. Voltam, são mandadas, de novo, para o postinho; depois, voltam outra vez. Isso não pode mais acontecer a partir de hoje. Esta Câmara deve ser honrada pelo que representou dentro da política nessas últimas centenas de anos. Nós temos que, daqui, neste momento, dizer “não” às pessoas que estão baixadas no hospital com tumor palpável, ou diagnosticado, ou com câncer irem para casa, Ferronato. Não pode! Isso é um crime! O prefeito não está sabendo disso, o secretário não está sabendo. Eu, por batalhar por essas pessoas, tenho me incomodado demais com os diretores dos hospitais que trabalham para o SUS; demais com o meu hospital, onde eu trabalho pelo SUS, e eu não permito que isso aconteça, porque eles querem o regramento de quem é que vai pagar. Quem é que vai pagar a cirurgia? Não me interessa quem vai pagar nesse momento, me interessa que a paciente seja baixada e seja operada, seja retirado de suas entranhas aquele monstro que a devora, e que ela terá 80% de chances de se salvar, 20% a gente sabe que vai para quimioterapia e radioterapia, e depois temos a dificuldade.

Então, Excelência, o PTB me permitiu falar em liderança para lhe fazer a queixa de que isso está acontecendo. Não acredito que o seu gabinete vá compactuar com isso. Eu preciso que o senhor mande para o Fêmima, que eu espero que seja o piloto, um médico ou uma médica que faça a fiscalização dessas internações. Mas que a pobre da doente não precise ir se ajoelhar na secretaria de saúde para pedir regulação! Regulação desse jeito é crime! Regulação tem que ser com conhecimento do secretário Stürmer! Eu espero que a minha fala, com a condescendência do meu líder, Paulinho Brum, que V. Exa. leve ao prefeito esta queixa. Eu gostaria que amanhã uma pessoa que chegasse na emergência no Fêmima, ou que eu atendesse na vila, gratuitamente, em Cachoeirinha, ou em Porto Alegre, na Restinga, com um tumor, pudesse ser regulada na porta do hospital e não mais na secretaria. Isto acontecerá, já fiz a medição, não chega a 20% das pacientes; com as outras 80% nós aceitaremos a regulação.

Vou cobrar isso mais adiante do prefeito e vou pedir que, se tiver que botar para o atendimento de pacientes uma firma privada, particular, que seja um plano-piloto, que não seja definitivamente a situação da saúde na cidade de Porto Alegre.

Abaixo a dificuldade para as pessoas se operarem! O prefeito não sabe, o secretário não sabe, mas nós, vereadores, a partir de agora, cuidaremos de cima disso. Muito obrigado pela atenção dos senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Mais uma vez, boa tarde a todos e todas, quero agradecer ao PSOL e ao PT por poder utilizar o espaço dos partidos formalmente de oposição, reconhecendo, na atuação muitas vezes individual e muitas vezes coletiva dos outros partidos que também se colocam aqui críticos às políticas do governo Marchezan. Quero fazer uma saudação ao nosso companheiro Gerson Almeida, ex-secretário municipal de Meio Ambiente, ex-vereador desta Casa, que hoje nos prestigia, mais um cidadão que está preocupado com esse projeto, que talvez não seja votado hoje, mas que entrou na votação na segunda-feira passada. Eu não tenho como não fazer uma analogia entre a presença das pessoas hoje e o tema da saúde do município de Porto Alegre. Nós também estamos discutindo essa possibilidade e, infelizmente, notamos uma maioria no plenário disposta a privatizar os espaços públicos da Cidade. Alguns vereadores dizem que estamos usando a palavra incorreta, não seria uma privatização. Sim, é verdade, é uma concessão, mas uma concessão por 35 anos, permitindo cercamento e cobrando para entrar, é uma privatização; no fundo, é uma privatização. Não adianta nós, no debate político, dizermos que não é quando, de fato, será, independente do nome jurídico que se utilizar. Eu digo isso, secretário, porque também, no tema da saúde – estive presente na manifestação na Lomba do Pinheiro alguns dias atrás, sobre a questão da terceirização da Lomba e da Bom Jesus –, tem a ver com essa ideia. Reconhecemos que o prefeito Marchezan não tinha aberto assim, Ver. Bosco, na campanha eleitoral. Ele dizia que vinha para mudar, e, como o senhor mesmo diz, ele mexe em tudo e mexe, inclusive, naquilo que está funcionando. As pessoas que estão nos acompanhando hoje... É o que acho que o Ver. Bosco se refere, estava funcionando o atendimento de professores de educação física nos centros comunitários, nas praças e parques. Nisso não precisava mexer. Estou citando a fonte de quem diz isso, reconhecendo no Ver. Bosco essa ideia. Na questão da saúde, é obvio que temos deficiências, deficiências de pessoal, de chamamento dos concursos. A questão dos parques, dos centros comunitários – Ararigboia, Tamandaré, Tesourinha – também vale para a saúde, ou seja, o fato de aquele profissional estar ali atendendo, o profissional da saúde ou o profissional da educação física, conhecer as pessoas pelo nome, conhecer, no caso do serviço de saúde, o histórico de doenças da família, é isso. Aliás, a ideia dos médicos de família é justamente esta: aquele médico ou médica que consegue conhecer as pessoas com o passar do tempo, porque ele está ali, é estável, ele consegue, a todo momento, ter interlocução com as pessoas daquela comunidade, o que vai gerando uma riqueza de informações que o privado não consegue estabelecer. Por

quê? Porque o privado tem alta rotatividade. A mesma empresa que hoje está atendendo em determinado lugar, num posto de saúde, numa unidade de saúde, na semana seguinte, poderá estar atendendo em outro lugar da Cidade, ou em outra cidade, outro estado, outro país. Essa volatilidade não combina com a essencialidade que é a prestação de serviço na saúde, no nosso entendimento.

Neste último minuto, eu queria trazer para aqueles que não sabem: nós estamos vivendo os momentos das pré-conferências municipais de saúde. Eu estive na Câmara quando teve a conferência desta região aqui. Neste plenário, havia um grupo de 70, 80 pessoas; no plenarinho Ana Terra, havia gente; duas salas de comissão estavam praticamente lotadas de pessoas contribuindo e querendo participar dos destinos da saúde da nossa Cidade. Isso se tratando de uma das pré-conferências. Semana passada, teve, na região da Cruzeiro-Cristal, uma outra grande pré-conferência. Eu estou fazendo este alerta para dizer que, hoje, tratar Porto Alegre sem esse canal de participação direta... Vejam, nós temos a sorte de ter uma cidade que quer participação, isso facilita o papel do gestor, porque ele consegue entender as demandas, e há um acúmulo de pessoas que há anos trabalham no tema.

Por último, também temos uma institucionalidade formal, que é o Conselho Municipal de Saúde. Nós sabemos que o governo Marchezan ataca os conselhos como um todo e, também, o Conselho Municipal de Saúde, onde houve briga judicial para que os conselheiros tomassem posse. Então, secretário, eu pediria que ouvissem o Conselho Municipal de Saúde. Eu estive em algumas reuniões, há um grande acúmulo de experiência, de *know-how* das pessoas que estão ali e que querem o bem da Cidade. Não são, como dizem aqui, ligados – alguns podem até ser e têm todo o direito – a partidos políticos, mas estão ali pessoas que querem contribuir e têm acúmulo para isso. Ouvirlos é fundamental, esse é o pedido que faço no final da minha fala. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Mônica, secretário, vereadores e vereadoras; aceitando a provocação do meu colega Ver. Comassetto, que convida o secretário, os vereadores e o prefeito para caminharem juntos pela Cidade, para verem os problemas da saúde... Ver. Comassetto, não é possível, por um lado, o seu modelo econômico, o que o senhor prega é diferente do que nós pregamos. O senhor prega um modelo estatal, o senhor quer estatizar, que o estado seja gigante, que tudo seja estatizado. Nós queremos – eu me incluo com o prefeito Marchezan, por isso sou o seu líder – que a saúde seja pública, não necessariamente estatal. Nós queremos é uma saúde de qualidade, eficiente, com o menor custo possível e que dê um bom atendimento à população, independente do modelo utilizado – uma parte estatizada, como é hoje; e também que se possa fazer, como a Lei nº 13.019 prevê, contratualizações com organizações sociais, que não são privatizações, Ver.

Comassetto, para que a gente possa contribuir para a melhoria da saúde pública. Nós estamos preocupados com que a saúde seja pública, mas não necessariamente estatal, assim como nós queremos parques em condições de atender à população, mas que possamos fazer parcerias e concessões com entidades, com empresas para que tenha investimento privado, para melhorar a qualidade, para que a população possa usar melhor o espaço e ter bom atendimento e boa qualidade de vida, independente de ser estatal, mas sempre público, cuidando da Cidade.

Eu quero passar um vídeo, não sei se o Ver. Marcelo está aqui, eu gostaria que estivesse, para que ele pudesse assistir. O Ver. Marcelo e a sua bancada, a bancada do PT, estão mandando esse vídeo para a população.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Os vereadores do PT ou não estudaram essa matéria, ou estão mentindo para vocês, população de Porto Alegre, porque privatização é diferente de concessão. No projeto de lei que está nesta Casa, não existe uma única palavra que diga que vão se privatizar, que vão se vender os parques e praças da cidade de Porto Alegre, e não diz que vai se cobrar entrada nos parques e praças da Cidade. Portanto, os vereadores não leram o projeto, não estudaram, ou não sabem o que é privatização, não sabem o que é concessão, ou estão mentindo. A escolha é dos vereadores, e, se os vereadores não entenderam o que é privatização, a ex-Presidente Dilma Rousseff, do PT, vai explicar.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Vocês, do PT, escutem! Escutem não estes vereadores aqui, mas a ex-Presidente da República, que diz que privatização e concessão são coisas diferentes! A Presidente Dilma está dizendo, a Presidenta, Ver. Marcelo, Ver. Comassetto, Ver. Adeli, Ver. Oliboni! Privatização, o cara compra e é dono! Concessão, a Dilma falou que não pode levar...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Mauro, eu lhe asseguro o tempo. Senhoras e senhores, por favor, respeitem, tem um vereador na tribuna. Mantenham-se em silêncio. Após a fala do vereador, poderão fazer a sua manifestação.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Vereadores, escutem a Presidenta Dilma: privatização e concessão são coisas diferentes. Com a concessão, as praças vão continuar livres, e em melhores condições; com dinheiro privado, porque o dinheiro público não existe. Vai estar lá o dinheiro privado, conforme a Dilma preconiza e fez em vários aeroportos, ferrovias e estradas, para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Agora o governo Marchezan quer fazer a mesma coisa. Prestem

atenção, se quiserem chamem a Dilma, que ela explica. Se ela não puder vir, eu ensino o que é privatização e concessão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): Na minha manifestação na tribuna, eu fiz referência a algumas situações na Restinga, e o secretário Pablo me perguntou onde. A secretária distrital da Saúde da região fez um documento que eu gostaria de entregar ao secretário. Ela diz que faltam enfermeiros e médicos no Núcleo Esperança, na Chácara do Banco, na Pitinga, na Quinta Unidade, na Macedônia, na Clínica da Família, na UBS da Restinga. Também, como observação, faltam insumos, até papel higiênico. A Pitinga é a situação mais grave, não tem nada para trabalhar. Quero lhe passar às mãos para o senhor poder verificar. Muito obrigado, secretário.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos, Ver.^a Mônica Leal, colegas, secretário Pablo Stürmer; eu gostaria de, publicamente, agradecer aos esforços dos funcionários da Secretaria da Saúde, na figura do secretário Pablo Stürmer. Eu tive a oportunidade de, recentemente, ser recebido em Brasília pelo nosso ex-secretário municipal, Dr. Erno, para entender melhor a questão dos postos da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus, já que, infelizmente, algumas pessoas foram para frente desses postos mentir para a população que os postos seriam privatizados. Isso é mentira! Já foi explicado durante a tarde inteira, não vou ser repetitivo, mas tenho certeza de que o secretário Pablo foi muito claro: além de recursos do governo federal, através do Ministério da Saúde, nós teremos diminuição de tempo de espera, melhores atendimentos, melhorias nas unidades, transformando-as em UPAs. O foco é tão somente o atendimento cem por cento SUS.

O meu apelo é – usando a TVCâmara, usando a presença dos senhores e das senhoras – simples: se alguém mentiu para você, dizendo que é a privatização do posto, nunca mais dê atenção para essa pessoa, porque ela está tentando utilizá-lo como massa de manobra através da raiva e da mentira. Da mesma forma que estão falando das praças e parques, é uma mentira que será comprovada no curto espaço de tempo que temos. Agradeço o espaço e quero repetir: se você foi mobilizado e ouviu que há privatização de posto de saúde, é mentira; você vai ser atendido melhor, cem por cento SUS! Em praças e parques, você vai continuar entrando gratuitamente. Lembrem o que os vereadores falaram sobre isso, e divida entre os que falaram a verdade e os que falaram uma mentira. Quem mentiu, mobilizou, o tirou de sua casa, de seu trabalho, gerou angústia, raiva, preocupação, responsabilize, porque essa pessoa está mentindo para você. Obrigado, secretário; obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde, Presidente Mônica Leal; na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pelas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores; o secretário Pablo está vendo uma pauta relativa a um projeto de lei que também diz respeito à concessão, à privatização, à autorização de uso de espaços públicos, no caso, praças e parques, o que se confunde com a pauta que V. Exa. vem abordar aqui, relativa aos posto de saúde da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro. Inicialmente, quero dizer que estivemos participando de um debate na televisão – eu e o Ver. Adeli, com os vereadores Mauro Pinheiro e Valter Nagelstein – a respeito desse tema, porque nós, como todos os vereadores desta Casa, queremos que Porto Alegre vá bem e que as coisas deem certo. Quando se faz algum apontamento, algum questionamento, alguma pergunta, ou, até mesmo, quando os ânimos se acirram, a gente se preocupa, porque a gente quer que a Cidade vá bem e que as coisas deem certo. Temos em torno de 190 servidores nesses dois postos de saúde, me corrijam, se eu tiver errado, e existe um custo. A saúde não dá lucro. Quando se fala em concessão, privatização, cedência, geralmente se imagina que quem vai assumir esse espaço pretenda ganhar alguma coisa. Como a saúde é pública e gratuita, e as pessoas serão atendidas de graça, nos preocupa essa equação, até porque este custo dos 190 servidores permanece e, como todos esses servidores sairão dali, vai se agregar um novo custo, pois, para que se realize essa operação, vai ser necessária uma nova contratação de todo um aparato, ainda mais se existe essa sinalização do governo de que todos serão removidos dali para outras áreas. A gente gostaria de entender essa equação, queria lhe fazer essa pergunta no momento inicial de intervenção.

Aproveitando que os meus nobres pares se antecederam com relação a essa pauta, eu também, nessa mesma linha, encaminho a minha preocupação com relação ao projeto da cessão de uso de praças e parques. Manifesto, em nome da liderança do PDT, a contrariedade a esse projeto nesse mesmo sentido. Está aqui o secretário Maurício. Estão falando que algumas alegações não são verdadeiras. Eu quero que fique registrado nos anais da Casa: eu tenho certeza absoluta – escrevam aí, se eu estiver errado – de que, no mês de setembro, durante as festividades do Acampamento Farroupilha, será cobrado ingresso para as pessoas entrarem no parque. E me corrijam se eu estiver errado, e eu não sou Nostradamus, não estou fazendo previsões futurísticas. Vereadores estiveram nesta tribuna dizendo que esse era o melhor projeto de todos os anos desta legislatura; eu acho que não, eu quero discordar. Eu acho que uma festa popular que vem sendo realizada sem custo, deve-se fazer todo esforço para que ela continue sem custo, porque não é trocando uma tabela de basquete, ou marcando um campo de futebol que se vai resolver a questão que está sendo apontada aqui como a solução para uso de parques e praças. Nós queremos manifestar a nossa contrariedade a esse projeto. A gente até entende que alguns debates acalorados que trazem para o campo ideológico-político prejudicam esse debate. Nós temos que ser

muito claros: nós somos contra esse projeto de lei. Nós temos certeza que alguns movimentos vão acontecer, e eu não estou mentindo. Em setembro, as pessoas irão ao Acampamento Farroupilha e terão que pagar ingresso para entrar no parque, me corrijam se eu estiver errado, eu não concordo. Quero dizer que alguns movimentos aconteceram e são contrários ao nosso entendimento. Querem ver um exemplo de ocupação dos espaços públicos, a exemplo de praças e parques, que acontece? Aqui do lado, o estacionamento da EPTC, que passa o ano inteiro ali, atirado, abandonado, e, quando vem o Acampamento Farroupilha, colocam uma guarita e passam a cobrar pelo estacionamento. Absurdo! Cobram 20, 30 reais para usar o estacionamento! Qual é a contrapartida? Nós vamos estar cedendo os nossos parques e praças por 35 anos para termos que pagar ingresso para entrar? Tem vereador achando que não, que 35 anos qualquer coisa cancela, vai lá e rasga o contrato. Não é bem assim, faz um contrato com 35 anos de compromisso, vai ter que indenizar, vai pagar pelos 35 anos, mesmo se quiser romper o contrato. Como assim? “Ah, é precário, é concessão, não vale muito, não vale nada”. Claro que vale, aqui ninguém é bobo, vai conceder o espaço público que é de todos, que foi construído com o sacrifício e impostos de todos para ceder para a iniciativa privada. Eles vão lá para não ganhar nada? Vão lá para não ganhar nada?! Ou a iniciativa privada trabalha sob o enfoque de ganhar o lucro? Isso nos preocupa, secretário. Estamos misturando as pautas aqui, mas nos preocupa, porque a saúde pública, como é que ela vai fazer para dar lucro? Nesse sentido, eu me dirijo a V. Sa. para ver como é que nós vamos fechar essa conta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sr. Secretário; o senhor está escutando alguns assuntos que nem são da saúde. Mas eu não poderia deixar de fazer algumas considerações sobre o que disse o Ver. Bins Ely, querido colega vereador. Eu acho que ele esqueceu de algumas coisas. Nós fizemos uma CPI sobre o Acampamento Farroupilha, não sobre ele, mas, inclusive, sobre essas cobranças da EPTC. O seu prefeito, Fortunati, e o meu, antes, não tomaram providências. Agora, o senhor vem aqui misturar praças com a cobrança da EPTC? Isso é brincadeira, vereador. O senhor devia ter tomado providências antes. Ver. João Bosco Vaz, não é o caso de V. Exa., mas alguns do PDT privatizaram até praças lá na Zona Norte, porém de maneira diferente, inteligente, eu diria, para eles: calça a praça, bota iluminação e cobra por voto, com placas. Com placas! Assim, descaradamente, isso é uma privatização descarada e sem-vergonha! Ver. Mauro Zacher, o senhor se queixou por quê? Por que isso? Por que se queixar, Ver. Mauro Zacher? Eu não dei nome nenhum. Eu acho que isso sim é uma pressão em cima dos moradores do entorno da praça para fazer calçada, para botar iluminação, e aí privatizava para o secretário ou para o vereador. Isso sim é uma privatização danada, Ver. janta. Esta que estamos

fazendo não é uma privatização. Segundo a Presidenta Dilma, é uma concessão, o que é diferente.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): É mentira da Dilma? Obrigado, obrigado! Coitada da Dilma, até de mentirosa ela é tachada! Abandonaram a Dilma! Abandonaram só porque ela explicou o que é concessão e o que é privatização. Privatização, por exemplo, é o que fizeram com a Petrobras: privatizaram para eles, para o PT, e para alguns do PMDB, para alguns do PP e para alguns outros. Quer dizer, quase todos os partidos. Isso é uma privatização sacana. Isso sim, não dão nome. O que é privatização? Privar para eles mesmos! Nem é para uma comunidade, privam para eles mesmos!

Vamos parar com história, aqui não tem...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu acho que ele já devia estar junto com o Lula desde o início, não tem problema nenhum. Aliás, vocês votaram nele, eu não! Eu votei noutro bandido! Aos meus queridos amigos colorados que já estão se encaminhando para o Beira-Rio e em respeito ao secretário que aqui está, com muita paciência, eu encerro, porque já fiz as ponderações que eu queria fazer. Muito obrigado. Secretário, parabéns pelo seu trabalho! A Cidade gostava e aplaudia muito o secretário Erno, e V. Exa. está seguindo tal e qual, com muita competência e com muita seriedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Alvoní Medina assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O secretário Pablo Stürmer está com a palavra para suas considerações finais.

SR. PABLO STÜRMER: Obrigado, Ver. Alvoní Medina. Eu vou tentar contemplar todas as perguntas, agradeço a contribuição de todos os vereadores. Vou falar da Mesa mesmo, pois percebi que, quando falei da tribuna, alguns vereadores não conseguiram compreender muito bem a apresentação. Vou procurar responder a todos os questionamentos, se o tempo me permitir. Antes de começar, eu queria agradecer a presença da equipe da Secretaria da Saúde, a equipe da contratualização, com o Gustavo; a equipe da coordenação de urgências, com o Rodson; e a nossa assessoria parlamentar, com o Djedah – acho que toda a Câmara sabe do craque que a gente tem aqui na assessoria parlamentar –, que é o perfil técnico que a gente tem montado na secretaria para que as decisões sejam sempre aquelas que entreguem mais resultados à

população. Quero agradecer pelo pronunciamento do Ver. André Carús, que colocou o foco na preocupação com o usuário, com as pessoas, com a população, que é o que todo gestor deve ter, independente de interesses corporativos ou partidários. Ele me ajudou a lembrar que o remanejamento dos servidores que estão hoje nos prontos atendimentos será em locais que também têm necessidade de profissionais, e aí eu respondo um pouco o questionamento do Ver. Márcio Bins Ely, dizendo que eles serão alocados em locais que têm essa necessidade, como é o caso do HPS, do Presidente Vargas, do SAMU e do Pronto Atendimento da Cruzeiro. Ressaltando que esse é um perfil de alocação que tem o mesmo nível de gratificação que eles têm atualmente, portanto, sem perdas salariais para os servidores nesse remanejamento.

Com relação aos questionamentos do Ver. Robaina, eu acho que, quando ele fala em peso para o setor privado, ele está se referindo a algumas entregas que a gente tem dado à população, como a ampliação do contrato no Hospital Independência, que acrescentou 700 consultas mensais em ortopedia, o que tem nos ajudado a zerar a lista de espera em ortopedia; a contratualização com o Hospital da Restinga, que duplicou os serviços do hospital de 60 para 110 leitos, abriu a UTI, abriu bloco cirúrgico, tudo graças à contratualização, nos mesmos moldes que a gente está fazendo para os prontos atendimentos. Mas também pode estar se referindo aos novos CAPS. Desde 2012, em Porto Alegre, não tinha um novo CAPS, nós estamos abrindo três novos CAPS. Abrimos já o CAPS 4, um CAPS inovador, o primeiro CAPS do Brasil em parceria com a AESC. Pode também estar se referindo ao serviço de ecografia, em parceria com a CIR, no serviço Santa Marta. Nós saltamos de 400 para 2 mil ecografias mensais com os ecógrafos que nós temos lá disponíveis. Sempre que essas parcerias refletirem em entregas maiores à população, sim, nós faremos parcerias com o setor privado. Ainda que nós tenhamos ampliado essas parcerias, o domínio na saúde estatal – aí foi importante a intervenção do Ver. Felipe Camozzato diferenciando o que é público do que é estatal –, o domínio do orçamento para a saúde estatal se mantém, considerando que metade do orçamento da saúde vai para a folha de pagamento. Aí nós já temos 50% de gastos estatais e, acrescentando os contratos com hospitais, como o Hospital Conceição, o Hospital de Clínicas, que recebem a maior fatia do nosso orçamento contratual, sem contar que toda a folha deles é custeada pelo Ministério da Saúde e pelo MEC, respectivamente, dando um orçamento para esses hospitais estatais comparado à produção efetiva num desbalanço muito maior, se a gente olhar para as instituições privadas. É a aplicação do dinheiro público produzindo saúde para a população.

Eu queria questionar e ressaltar, no mínimo, um engano, quando o vereador fala em perda de verbas. As devoluções de recursos que, neste ano ou no ano passado, foram feitas referem-se a recursos que tinham um prazo de utilização até 2016 e que, provavelmente, não foram possíveis de serem utilizadas, porque as obras não foram levadas a cabo, porque foi insistido no modelo estatal. É um modelo que a gente sabe que tem nos dado muita dificuldade em levar adiante diversos contratos, diversas obras, diversas ampliações de serviço. Então, não houve perda de verbas por este governo, qualquer devolução que nós fizemos, por mais insistência que tivemos em tentar manter esses recursos, foi de portarias anteriores, que obrigavam a devolução de recurso não

utilizado por ter insistido num modelo estatal. Importante salientar que as dificuldades encontradas em alguns contratos do HPS se referem à Lei nº 8.666, como procurei deixar claro na apresentação e talvez o áudio não tenha auxiliado, não têm nenhuma relação com essa contratualização. O modelo que nós temos na saúde de Porto Alegre semelhante ao que estamos implantando é o do Hospital da Restinga, que, efetivamente, duplicou os serviços. Aí eu questiono o Ver. Oliboni sobre manter os mesmos serviços. Acho importante ressaltar que contratualização com a Associação Hospitalar Vila Nova duplicou os serviços de 60 para 110 leitos, abriu a UTI com todos os equipamentos que o senhor pôde verificar lá na inauguração, abriu o bloco cirúrgico. Qualquer tratativa de aditivo contratual deve ser feita no momento da renovação, que é quando completa um ano de contrato. Neste momento, o financiamento para operação duplicada do Hospital da Restinga é aquele que foi pactuado no edital.

Entrando já na fala do Ver. Oliboni, importante ressaltar que os servidores, como eu falei e que ali estão, nos prontos atendimentos, que serão objeto do chamamento público, serão alocados nestes locais: Hospital de Pronto Socorro, Presidente Vargas, Pronto Atendimento da Cruzeiro e SAMU, e mantêm o mesmo perfil remuneratório. Nós abrimos um processo seletivo para entender e identificar os interesses dos servidores e casá-los com a necessidade de serviço. Nós tivemos, dos 199 servidores, 128 inscritos. Então, temos 128 servidores que já indicaram preferência de alocação, que serão casadas com as necessidades que nós temos no serviço. Com relação à nomeação de técnicos, importante ressaltar que a aprovação de lei convertendo cargos de auxiliares em técnicos, foi fundamental para que a gente pudesse nomear 107 técnicos de enfermagem nesse período, já que nós tínhamos apenas 86 vagas. Se não fosse essa conversão, nós não conseguiríamos ter nomeado esses 107 técnicos.

Importante ressaltar, da parte do Mais Médicos, que nós não temos nenhuma unidade sem médico. Nós tivemos uma ampliação importante de equipes da saúde da família, nós saltamos de 200 para 240 equipes da saúde de família nesses dois anos. Nós fizemos 100 mil consultas médicas a mais, fizemos mais consultas de enfermeiros, de dentistas, estamos permanentemente contratando profissionais para expandir e qualificar a atenção primária, que é sempre mote da nossa gestão, o centro de uma gestão de um sistema de saúde qualificado.

Entrando nos questionamentos do Ver. Janta, ele disse que não conhece entidades que façam prestação de serviço no amor, que não visam ao lucro. É evidente que nenhuma entidade pode ter prejuízo, mas convido o Ver. Janta a conhecer o trabalho da Associação Hospitalar Vila Nova, o trabalho da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e, para não ficar só na saúde, o trabalho da Pequena Casa da Criança, o trabalho do Lar Santa Rita de Cássia, enfim, de instituições filantrópicas. Conhecendo o trabalho dessas entidades, a gente tem um pouco mais de fé na humanidade. Falei da Associação Hospitalar Vila Nova e da Santa Casa para citar alguns exemplos concretos de entrega à população. Quero ressaltar, desde já, que não é a região apenas que é beneficiada pelos prontos atendimentos. Quem trabalha na Lomba, ou observa o movimento na Lomba do Pinheiro sabe que tem diversas outras regiões se deslocando,

inclusive, de municípios, como Viamão. Na Vila Bom Jesus, acaba atendendo a toda a região leste e uma parte da região norte também. Isso é assim, não vai mudar, a gente não vai botar cercas para atendimento das pessoas, porque a gente está ofertando serviços para que quem financia esses serviços sejam atendidos. Com relação à observação do transporte, eu não creio que o vereador esteja achando ruim o aumento de ambulâncias no serviço, acho que é uma afirmação de qualificar os serviços. O futuro do HPS, HPV e do PACS, isso vai depender das necessidades e da forma de sustentar as operações e dar qualidade. Enfim, a gente não pode descartar nenhum movimento, nenhuma ação, desde que o escopo seja sempre qualificar os serviços de saúde.

Agradeço pelas colocações do nosso líder de governo, Ver. Mauro Pinheiro, sempre buscando esclarecer. Nós tivemos uma conversa sobre esse assunto há duas semanas, me impressionou o conhecimento, o estudo acerca da matéria. Quando é para defender a população, a gente realmente precisa sempre ir atrás do que há de melhor conhecimento. Agradeço também ao Ver. Tessaro, que, assim como o Ver. André Carús, tem feito um trabalho importante na COSMAM, sempre buscando apontar as dificuldades que nós sabemos que existem, e não são poucas, mas apontando uma forma de buscar uma solução na construção no nosso sistema de saúde. O Ver. Valter também ressaltou o papel do serviço público como fiscal; sim, é disso que nós precisamos. Nós temos inúmeros serviços, eu demonstrei o tamanho da rede de Porto Alegre. Se nós não fiscalizarmos o cumprimento desses serviços... Nossa responsabilidade, como fiéis depositários do recurso público, é de fiscalizar e garantir o cumprimento de serviços de qualidade. Por isso a gente também estabelece os resultados, como o Ver. Camozzato apontou, como meta, como finalidade da operação. Ela precisa trazer resultados à população. Se não apresentar, ela deve responder por isso, seja com descontos no repasse do recurso público, seja com as penalidades devidas.

O Ver. Adeli fez algumas observações com relação à Restinga. Preciso agradecer pelo apoio do Ver. Adeli na migração da unidade Castelo para a Clínica da Família, reconhecendo o trabalho que a gente vem fazendo de qualificar a atenção primária. Nós estamos permanentemente atentos às dificuldades apontadas com relação a médicos, nós temos vacâncias, estamos com um processo seletivo aberto no IMESF. Estamos, permanentemente, buscando qualificar essa área.

O Ver. Comassetto foi muito feliz na sua expressão, dizendo que a melhor propaganda é o serviço de qualidade. Essa propaganda nós temos feito, na Secretaria de Saúde, com os serviços que eu já listei, com a compra de ambulâncias, com a expansão da atenção primária, com a abertura de unidades até às 22 horas. Essa é a propaganda, é uma propaganda que é mais forte do que qualquer manifestação política ou corporativa que busque apenas marcar a sua posição e defender interesses privados, interesses pequenos perto do interesse público. Quero dizer que a defesa do SUS a gente não vai fazer com uma caminhada ou como uma manifestação, mas com trabalho, com proposta de resultados. É isso que a gente tem buscado fazer, baseado nas melhores evidências científicas, aqui para Porto Alegre. Nós estamos permanentemente qualificando o Hospital de Pronto Socorro, adquirimos um novo tomógrafo, temos aí um milhão de

reais em compra de medicamentos. Temos um projeto de reforma da enfermaria, que está sendo concluído para a licitação. Vamos iniciar um projeto para a qualificação, e ter uma enfermaria pediátrica de trauma. Estamos permanentemente qualificando as estruturas públicas.

Falei também do processo seletivo dos servidores, que foi um questionamento que apareceu. Com relação ao Ver. Sgarbossa, a rotatividade não é exclusiva do serviço público ou privado. No próprio IMESF nós observamos uma alta rotatividade, mas nós temos diversas experiências de serviços prestados por entidades privadas em que não há essa rotatividade. É a qualidade do serviço, e a qualidade é o que a gente está buscando com essa contratualização.

Queria, enfim, deixar claro que esse projeto, esse edital foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde, está em apreciação. Mas, mesmo antes de ele ser apreciado, acredito, o Conselho já se posicionou num panfleto, em conjunto com o Simpa, contrariamente, sem sequer ter tomado conhecimento, sem ter lido adequadamente a proposta. Ver. Marcelo, eu conheço bem o Conselho, participei de metade das plenárias, pelo menos, no ano de 2017, acompanhei o processo eleitoral. Infelizmente, aqueles usuários, aquelas pessoas que estão dedicadas ao efetivo controle social acabam sendo voz vencida dentro do Conselho, mas seguimos o rito de encaminhamento do projeto.

Com relação ao Ver. Moisés, o vereador não pôde acompanhar toda a apresentação, mas, pelo visto, estava bem ciente das informações, mesmo com o microfone ruim, mesmo que alguns vereadores não tenham compreendido, ficou muito clara a manifestação. Agradeço ao Ver. Moisés o trabalho que as equipes têm feito, ao Comitê Gestor da Lomba, ao Rodrigo, do CRIP, que também está mostrando um trabalho muito importante junto à comunidade, para esclarecer e não para confundir as pessoas sobre o que efetivamente vai ser entregue. Por fim, Ver. Cecchim, bastante compreensivo com a nossa pauta, eu também entendo que a Câmara tem necessidades para a gente qualificar a Cidade, acho que este projeto dos parques é mais uma delas. Agradeço novamente o espaço, a oportunidade para a gente esclarecer, e, como o Ver. Carús falou, estamos à disposição para, na COSMAM ou em qualquer espaço, trazer informações com relação a esse projeto de qualificar a saúde de Porto Alegre, no sentido de tudo que vimos fazendo até aqui. É importante ressaltar que o trabalho do secretário Erno foi fundamental nesses dois anos, foi ele que montou a equipe, a equipe permanece, e é esse espírito que vamos seguindo: cada vez mais aplicar o que há de melhor na saúde para o nosso Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Quero agradecer pela presença do nosso nobre secretário Pablo. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h04min.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB) – às 17h06min: Estão reabertos os trabalhos.

Aprego o processo SEI nº 053.00026/2019-23, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento Embarque no Navio de Apoio Oceânico Mearim, da Marinha do Brasil, em trajeto de Porto Alegre a Rio Grande, a convite do 5º Distrito Naval, do período de 27 a 28 de março de 2019. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

Aprego o processo SEI nº 0152.00026/2019-13, de autoria da Ver.^a Karen Santos, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no julgamento referente à Associação Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, no dia 27 de março de 2019. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

Aprego o Ofício nº 202/GP, do Sr. Prefeito Municipal Nelson Marchezan Júnior (Lê.): “Senhora Presidente: Ao cumprimentá-la cordialmente, em cumprimento ao art. 94, inc. VI, da Lei Orgânica do Município, encaminhamos, em anexo, o relatório anual com o estado das obras e serviços em andamento no município, bem como do balanço de 2018. Atenciosamente. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito Municipal de Porto Alegre”.

Aprego o Ofício nº 205/GP, do Sr. Prefeito Municipal Nelson Marchezan Júnior (Lê.): “Senhora Presidente; Ao cumprimentá-la cordialmente, comunico a Vossa Excelência, conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estarei ausente do Município, dos dias 3 a 7 de abril do corrente ano, para reuniões com os Ministros Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria de Governo; Marcelo Álvaro, do Turismo; e com o Secretário Especial de Assuntos Federativos Marcos Mortoni, em Brasília/DF; e participação no 18º Fórum Empresarial LIDE, em São Paulo, fazendo jus a eventuais despesas para o custeio de estadia, alimentação e deslocamentos, nos limites estabelecidos na lei. Registro, por oportuno, que, na vacância, assumirá o Senhor Vice-Prefeito, Gustavo Bohrer Paim, nos dias 3 e 4 de abril e convido Vossa Excelência para assumir o Executivo dos dias 5 a 7 de abril. Atenciosas saudações. Nelson Marchezan Junior, Prefeito Municipal de Porto Alegre”.

O Ver. Dr. Goulart retifica o Memorando nº 022/19-SRA, estendendo sua Licença para Tratamento de Saúde do dia 22 ao dia 29 de março de 2019. A Mesa declara empossado o Ver. Comissário Rafão Oliveira, nos termos regimentais, no período de 25 a 29 de março de 2019, que integrará a CUTHAB.

Em função da Licença para desempenhar cargo público do Ver. Luciano Marcantônio a partir do dia 30 de março de 2019, declaro empossado o Ver. Comissário Rafão Oliveira, nos termos regimentais, que integrará a CEDECONDH, cessando, por conseguinte, na mesma data, o exercício da vereança em substituição pelo suplente Mario Manfro.

Aprego Memorando nº 024, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, retificando o Memorando nº 013/SRA, referente à Licença para Tratar de Interesses

Particulares nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro de 2019, conforme processo SEI nº 032.00005/2019-29, considerando interrompida a sua licença, ficando a data do seu retorno a partir do dia 28 de fevereiro de 2019, mantendo-se apenas a licença nos dias 25 e 27 de fevereiro de 2019.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando a retirada de tramitação das Emenda nºs 01, 02 e 03 ao PLE nº 013/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 103/17.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h15min.)

* * * * *